

O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE¹⁸⁰**PARTE V A VII****EL 18 BRUMARIO DE LUIS BONA****PARTE V A VII****THE 18 OF LOUIS BONAPARTE BRUMAIRE****PART V TO VII**

Karl Marx

Capítulo V

Uma vez superada a crise revolucionária e abolido o sufrágio universal, irrompeu novamente a luta entre a Assembléia Nacional e Bonaparte.

A Constituição fixara em 600 mil francos o estipêndio de Bonaparte. Dentro de pouco mais de seis meses após sua posse ele conseguiu elevar para o dobro essa importância, pois Odilon Barrot arrancou da Assembléia Nacional Constituinte uma verba suplementar de 600 mil francos para despesas ditas de representação. Depois do 13 de junho, Bonaparte provocara solicitações semelhantes, sem, contudo, despertar o apoio de Barrot. Agora, depois de 31 de maio, valeu-se imediatamente do momento favorável para fazer com que seus ministros propusessem à Assembléia Nacional uma Lista Civil de 3 milhões. Uma longa vida de vagabundagem aventureira dotara-o de sensíveis antenas para sondar os momentos de fraqueza em que poderia extorquir dinheiro de seus burgueses. Praticava uma chantagem en règle.⁽¹⁸⁾ A Assembléia Nacional violara a soberania do povo com sua ajuda e aquiescência. Ele ameaçava denunciar esse crime ao tribunal do povo a menos que a Assembléia afrouxasse os cordões da bolsa e comprasse seu silêncio por 3 milhões anuais. A Assembléia despojara 3 milhões de franceses do direito de voto. Ele exigia para cada francês posto fora da circulação um franco em moeda circulante ou seja, precisamente 3 milhões de francos. Ele, o eleito de 6 milhões, reclamava indenização pelos votos que, segundo declarava, tinham-lhe sido retrospectivamente roubados. A Comissão da Assembléia Nacional repeliu o inoportuno. A imprensa bonapartista ameaçou. Podia a Assembléia Nacional romper com o presidente da República em um momento em que romperia definitivamente, no fundamental, com a massa da nação? Rejeitou a Lista Civil, é verdade, mas concedeu, por essa única vez, uma verba suplementar de 2 milhões 160 mil francos. Tornou-se assim culpada da dupla fraqueza de conceder verbas e demonstrar ao

mesmo tempo, com sua irritação, que o fazia a contragosto. Veremos mais adiante para que fins Bonaparte necessitava do dinheiro. Após esses sucessos vexatórios, que seguiram imediatamente a abolição do sufrágio universal e nos quais Bonaparte substituiu a atitude humilde que adotara durante a crise de março e abril pela impudência desafiadora do Parlamento usurpador, a Assembléia Nacional suspendeu suas sessões por três meses, de 11 de agosto a 11 de novembro. Em seu lugar deixou uma Comissão Permanente de 28 membros, que embora não incluísse nenhum bonapartista incluía alguns republicanos moderados. A Comissão Permanente de 1849 incluía apenas homens do partido da ordem e bonapartistas. Mas naquela época o partido da ordem se declarava firmemente contrário à revolução. Desta vez a república parlamentar declarou-se firmemente contrária ao presidente. Depois da lei de 31 de maio, era este o único rival com que se defrontava ainda o partido da ordem.

Quando a Assembléia Nacional reuniu-se novamente em novembro de 1850, parecia que, em vez das mesquinhas escaramuças que tivera até então com o presidente, uma grande luta implacável, uma luta de vida ou de morte entre o dois poderes, tornara-se inevitável.

Da mesma forma que em 1849, também durante o recesso parlamentar desse ano, o partido da ordem fragmentara-se em facções distintas, cada qual ocupada com suas próprias intrigas de Restauração, que haviam adquirido novas forças com a morte de Luís Filipe. O rei legitimista, Henrique V, chegara a nomear um ministério formal, que residia em Paris e do qual participavam membros da Comissão Permanente. Bonaparte, por sua vez, tinha assim o direito de empreender uma excursão pelos Departamentos da França e, dependendo da recepção que encontrava nas cidades que honrava com sua presença, divulgar, mais ou menos veladamente ou mais ou menos abertamente, seus próprios planos de Restauração e cabalar partidários. Nessas excursões, que o grande Moniteur oficial e os pequenos Moniteurs privados de Bonaparte tinham naturalmente que celebrar como triunfais, o presidente era constantemente acompanhado por elementos filiados à Sociedade de 10 de Dezembro. Essa sociedade originou-se em 1849. A pretexto de fundar uma sociedade beneficente o lumpem-proletariado de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com roués decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus(19), donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos - em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro."Sociedade beneficente" no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em chefe do lumpem-proletariado, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans phrase. Velho e astuto roué, concebe a vida histórica das nações e os grandes feitos do Estado como comédia em seu sentido mais vulgar, como uma mascarada onde as fantasias,

frases e gestos servem apenas para disfarçar a mais tacanha vilania. Assim foi na sua expedição a Estrasburgo, em que um corvo suíço amestrado desempenhou o papel da águia napoleônica. Para a sua irrupção em Boulogne veste alguns lacaios londrinos em uniformes franceses; eles representam o exército. Na sua Sociedade de 10 de Dezembro reúne dez mil indivíduos desclassificados, que deverão desempenhar o papel do povo como Nick Bottom representara o papel do leão. Em um momento em que a própria burguesia representava a mais completa comédia, mas com a maior seriedade do mundo, sem infringir qualquer das condições pedantes da etiqueta dramática francesa, e estava ela própria meio iludida e meio convencida da solenidade de sua própria maneira de governar, o aventureiro que considerava a comédia como simples comédia tinha forçosamente que vencer. Só depois de eliminar seu solene adversário, só quando ele próprio assume a sério o seu papel imperial, e sob a máscara napoleônica imagina ser o verdadeiro Napoleão, só aí ele se torna vítima de sua própria concepção do mundo, o bufão sério que não mais toma a história universal por uma comédia e sim a sua própria comédia pela história universal. O que os ateliers nacionais eram para os operários socialistas, o que os Gardes mobiles eram para os republicanos burgueses, a Sociedade de 10 de Dezembro, a força de luta do partido característico de Bonaparte, era para ele. Em suas viagens, os destacamentos dessa sociedade, superlotando as estradas de ferro, tinham que improvisar público, encenar entusiasmo popular, urrar vive l'Empereur, insultar e espancar republicanos; tudo, é claro, sob a proteção da polícia. Nas viagens de regresso a Paris tinham que formar a guarda avançada, impedir ou dispersar manifestações contrárias. A Sociedade de 10 de Dezembro pertencia-lhe, era obra sua, idéia inteiramente sua. Tudo mais de que se a própria é posto em suas mãos pela força das circunstâncias; tudo o mais que faz é obra das circunstâncias ou simples cópia dos feitos de outros. Mas o Bonaparte que se apresenta em público, perante os cidadãos, com frases oficiais sobre a ordem, a religião, a família e a propriedade, trazendo atrás de si a sociedade secreta dos Schufterles e Spiegelberges, a sociedade da desordem, da prostituição e do roubo - esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte autor original, e a história da Sociedade de 10 de Dezembro é a sua própria história. Haviam ocorrido casos, porém, de um outro representante do povo pertencente ao partido da ordem cair sob os porretes dos decembristas. Mais ainda. Yon, o Comissário de Polícia destacado para a Assembléia Nacional e encarregado de velar por sua segurança, baseando-se no testemunho de um certo Alais denunciou à Comissão Permanente que uma facção decembrista resolvera assassinar o general Changarnier e Dupin, presidente da Assembléia Nacional, tendo já designado os indivíduos que deveriam perpetrar o feito. Compreende-se o pavor do Sr. Dupin. Parecia inevitável um inquérito parlamentar sobre a Sociedade de 10 de Dezembro, ou seja, a profanação do mundo secreto de Bonaparte. Pouco antes de se reunir a Assembléia Nacional, porém, este último previdentemente dissolveu a sua sociedade, mas claro que só no papel pois em um longo memorial apresentado em fins de 1851 o Chefe de Polícia, Carlier, tentava ainda em vão convencê-lo de dissolver realmente os decembristas.

A Sociedade de 10 de Dezembro deveria continuar como o exército particular de Bonaparte até que ele conseguisse transformar o exército regular em uma Sociedade de 10 de Dezembro. A primeira tentativa de Bonaparte nesse sentido ocorreu pouco depois de a Assembléia Nacional entrar em recesso, e foi financiada precisamente com as verbas que acabara de extorquir dela. Na sua qualidade de fatalista, ele

vivia e vive ainda imbuído da convicção de que existem certas forças superiores às quais o homem, e especialmente o soldado, não pode resistir. Entre essas forças estão, antes e acima de tudo, os charutos e o champanha, as fatias de peru e as salsichas feitas com alho. Consequentemente, começou por obsequiar oficiais e suboficiais, em seus salões no Eliseu, com charutos e champanha, aves frias e salsichas feitas com alho. A 3 de outubro repetiu essa manobra com a massa das tropas na revista de St. Maur e a 10 de outubro a mesma manobra, em maior escala, foi executada na parada militar de Satory. O tio relembrou as campanhas de Alexandre na Ásia, o sobrinho as marchas triunfais de Baco pelas mesmas terras. Alexandre era, certamente, um semideus, mas Baco era deus inteiro e, além disso, o deus tutelar da Sociedade de 10 de Dezembro.

Depois da revista de 3 de outubro a Comissão Permanente convocou o ministro da Guerra, d'Hautpoul. Este prometeu que tais infrações da disciplina não mais se repetiriam. Sabemos como Bonaparte cumpriu, a 10 de outubro, a palavra empenhada por d'Hautpoul. Na qualidade de comandante-general do exército de Paris, Changarnier comandara as duas paradas. Sendo, ao mesmo tempo, membro da Comissão Permanente, chefe da Guarda Nacional, "salvador" de 29 de janeiro e de 13 de junho, "baluarte da sociedade", candidato do partido da ordem às honras presidenciais, o suspeito Monk de duas monarquias, ele nunca admitira até então a sua subordinação ao ministro da Guerra, sempre ridicularizara abertamente a Constituição republicana e perseguira Bonaparte com uma proteção ambígua e altiva. Consumia-se agora no zelo pela disciplina, contra o ministro da Guerra, e pela Constituição, Contra Bonaparte. Enquanto a 10 de outubro uma ala da cavalaria levantava o brado: Vive Napoleón! Vivent les saucissons!(20) Changarnier providenciou para que pelo menos a infantaria que desfilava sob o comando de seu amigo Neumayer mantivesse um silêncio glacial. Como Castigo, o ministro da Guerra, por instigação de Bonaparte, retirou ao general Neumayer o seu comando de Paris, a pretexto de nomeá-lo general comandante da 14a. e 15a. divisões militares. Neumayer recusou-se a mudar de posto, e teve, portanto, que demitir-se. Changarnier, por seu turno, publicou a 2 de novembro uma ordem do dia em que proibia as tropas de participar de tumultos políticos ou de qualquer espécie de manifestações enquanto estivessem em armas. Os jornais do Eliseu atacaram Changarnier; os jornais do partido da ordem atacaram Bonaparte; a Comissão Permanente realizou repetidas reuniões secretas, nas quais propôs repetidas vezes que a pátria fosse declarada em perigo; o exército parecia dividido em dois campos hostis, com dois estados-maiores hostis, um no Eliseu, onde residia Bonaparte, o outro nas Tulherias, quartel-general de Changarnier. Parecia faltar apenas que a Assembléia Nacional se reunisse para que soasse o sinal da luta. O público francês julgou esses atritos entre Bonaparte e Changarnier como aquele jornalista inglês, que os caracterizou com as seguintes palavras:

As criadas políticas da França estão varrendo a lava ardente da revolução com vassouras velhas, e discutem entre si enquanto executam sua tarefa.

Enquanto isso Bonaparte apressava-se em destituir o ministro da Guerra, d'Hautpoul, despachá-lo a toda a pressa para a Argélia, nomeando o general Schramm para substituí-lo no ministério. A 12 de novembro enviou à Assembléia Nacional uma mensagem de prolixidade norte-americana, sobrecarregada de detalhes, redolente de ordem, desejosa de reconciliação, constitucionalmente aquiescente, tratando dos

mais variados assuntos, exceto das questions brülantes(21) do momento. Como que de passagem, observava que segundo as disposições expressas da Constituição só o presidente podia dispor do exército. A mensagem terminava com estas palavras grandiloqüentes:

Acima de tudo, a França exige tranqüilidade... Preso, porém, por um juramento, manter-me-ei dentro dos estreitos limites que este juramento estabeleceu para mim... No que me diz respeito, tendo sido eleito pelo povo e devendo o meu poder exclusivamente a ele, inclinar-me-ei sempre à sua vontade legalmente manifestada. No caso de decidirdes, nessa sessão, pela revisão da Constituição, uma Assembléia Constituinte regulamentará a situação do Poder Executivo. Em caso contrário, então o povo pronunciará solenemente a sua decisão em 1852. Quaisquer que possam ser, porém, as soluções do futuro, cheguemos a um acordo, para que a paixão, a surpresa ou a violência jamais decidam dos destinos de uma grande nação... O que me preocupa, acima de tudo, não é quem governará a França em 1852, mas como empregar o tempo que me resta a fim de que o período interveniente possa decorrer sem agitação ou perturbação. Abri-vos sinceramente o coração; respondereis a minha franqueza com a vossa confiança, aos meus bons propósitos com a vossa cooperação, e Deus se encarregará do resto.

A liguagem respeitável, hipocritamente moderada, virtuosamente corriqueira da burguesia, revela seu significado mais profundo na boca do autocrata da Sociedade de 10 de Dezembro e o herói de piquenique de St. Maur e Satory.

Os burgraves do partido da ordem não se deixaram iludir em um só instante com a confiança que mereciam aqueles derrames do coração. A respeito de juramentos, há muito se haviam tornado descrentes, pois contavam em seu seio com veteranos e virtuosos do perjúrio político. Não lhes passara, tampouco, despercebida na passagem sobre o exército. Observaram com desagrado que a sua enfadonha enumeração de leis recém-promulgadas a mensagem omitia a lei mais importante, a lei eleitoral, com um silêncio estudado, e, além disso, o caso de não se proceder à reforma da Constituição, deixava ao povo a eleição do presidente de 1852. A lei eleitoral era a esfera de chumbo acorrentada aos pés do partido da ordem, que o impedia de andar e, mais ainda, de investir para a frente! Além disso, com a dissolução oficial da Sociedade de 10 de Dezembro e a exoneração do ministro da Guerra, d'Hautpoul, Bonaparte sacrificara com suas próprias mãos os bodes expiatórios o altar da pátria. Embotara a agressividade do choque esperado. Finalmente, o próprio partido da ordem procurava ansiosamente evitar, mitigar, atenuar qualquer conflito decisivo com o Poder Executivo. Temerosos de perderem as conquistas adquiridas contra a revolução, permitiram que seus rivais carregassem os frutos das mesmas. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade." Isto fora o que o partido da ordem gritara à revolução desde fevereiro, isto era o que a mensagem de Bonaparte gritava ao partido da ordem. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade." Bonaparte cometia atos que visavam à usurpação, mas o partido da ordem comitia "desordem" se levantava um alarido contra esses atos e os interpretava com hipocondria. As salsichas de Satory mantinham-se quietas como ratos se ninguém falava nelas. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade". Bonaparte exigia, portanto, que o deixassem em paz para agir como lhe aprouvesse, e o partido parlamentar estava paralisado por um duplo medo, pelo medo de despertar novamente a intranqüilidade revolucionária e pelo medo de aparecer ele próprio, aos olhos de sua própria classe, aos olhos da burguesia, como o instigador da intranqüilidade. Consequentemente, uma vez que a França exigia

acima de tudo tranqüilidade, o partido da ordem não ousou responder "guerra" depois que Bonaparte falou de "paz" em sua mensagem. O público, que esperara cenas de grande escândalo na reabertura das sessões da Assembléia Nacional viu-se roubado em suas expectativas. Os deputados da oposição, que exigiam fossem apresentadas as atas da Comissão Permanente sobre os acontecimentos de outubro, foram derrotados pelos votos da maioria. Eram evitados por princípio todos os debates que pudessem exaltar os ânimos. Os trabalhos da Assembléia Nacional durante novembro e dezembro de 1850 foram desprovidos de interesse.

Finalmente, por volta de fins de dezembro, começaram as guerrilhas sobre uma série de prerrogativas parlamentares. O movimento limitava-se às disputas mesquinhas sobre as prerrogativas dos dois poderes, uma vez que a burguesia liquidara temporariamente a luta de classes, ao abolir o sufrágio universal.

Obtivera-se do tribunal um julgamento por dívidas contra Mauguin¹⁸¹, um dos representantes do povo. Em resposta à solicitação do presidente do Tribunal, o ministro da Justiça, Rouher¹⁸², declarou que deveria ser emitido o *capias* (mandado de prisão) contra o devedor, sem mais delongas. Mauguin foi, assim, atirado à prisão de devedores. A Assembléia Nacional inflamou-se ao tomar conhecimento do atentado. Não só ordenou que o preso fosse imediatamente posto em liberdade, como enviou seu *greffier* para que o retirasse à força de Clichy aquela mesma noite. Entretanto, a fim de confirmar sua fé a santidade da propriedade privada e com a intenção oculta de abrir, em caso de necessidade, um abrigo para os *montagnards* que se tornassem difíceis, declarou permissível a prisão por dívidas de representantes do povo desde que fosse previamente obtido o seu consentimento. Esqueceu-se de decretar que também o presidente poderia ser encarcerado por dívidas. Destruiu a última aparência da imunidade que envolvia os membros de seu próprio organismo.

Recordemos que, agindo por informação prestada por um certo Mais, o Comissário de Polícia Yon denunciara que uma ala dos decembristas planejava assassinar Dupin e Changarnier. Com referência a esse fato, logo a primeira sessão os questores apresentaram uma proposta no sentido de que o Parlamento deveria constituir uma polícia própria, paga pela verba privada da Assembléia Nacional e absolutamente independente do Chefe de Polícia. O ministro do Interior, Baroche, protestou contra essa invasão de seus domínios. Concluiu-se um acordo indigno, segundo o qual, é verdade, o comissário de polícia da Assembléia seria pago pela verba privada e seria nomeado e exonerado por seus questores, mas só mediante prévio acordo com o ministro do Interior. Nesse ínterim o governo instaurara processo criminal contra Mais, sendo fácil apresentar sua informação como falsa e, pela boca do promotor público, cobrir de ridículo Dupin, Changarnier, Yon e toda a Assembléia Nacional. Em seguida, a 29 de dezembro, o ministro Baroche escreve uma carta a Dupin, na qual exige a demissão de Yon. A Mesa da Assembléia Nacional decide manter Yon em seu posto, mas a Assembléia Nacional, alarmada com a violência com que procedera o caso Mauguin e acostumada, quando se aveturava a assestar um golpe contra o Poder Executivo, a receber dois golpes de volta, não saciona essa decisão. Exonera Yon como recompensa por

seu zelo oficial, e despoja-se de uma prerrogativa parlamentar indispensável contra um homem que não decide de noite para executar de dia, mas que decide de dia e executa à noite.

Vimos como em grandes e importantes ocasiões durante os meses de novembro e dezembro a Assembléia Nacional evitou ou reprimiu a luta contra o Poder Executivo. Vêmo-la agora compelida a empreedê-la pelos motivos mais mesquinhos. No caso Manguin ela confirma o princípio da prisão de representantes do povo por dívidas, mas reserva-se o direito de aplicá-lo apenas aos representantes que não lhe sejam gratos, e negocia esse infame privilégio com o ministro da Justiça. Em vez de se valer desse suposto plano de assassinato para decretar um inquérito na Sociedade de 10 de Dezembro e desmascarar Bonaparte irremissivelmente diante da França e da Europa, apresentado-o sob seu verdadeiro aspecto de chefe do lumpen proletariado de Paris, permite que o conflito desça ao ponto em que a única questão entre ela e o ministro do Interior é a de determinar quem tem autoridade para nomear ou demitir um comissário de polícia. Assim, durante todo esse período, vemos o partido da ordem compelido por sua posição ambígua, a dissipar e desintegrar sua luta com o Poder Executivo em mesquinhas contendas sobre jurisdição, chicana, minúncias legais e disputas sobre limitação de poderes, fazendo das mais ridículas questões de forma, a substância de sua atividade. Não ousa enfrentar o conflito o momento em que este tem uma significação do ponto-de-vista de princípio, quando o Poder Executivo está realmente comprometido e a causa da Assembléia Nacional seria a causa de toda a ação. Fazendo-o, daria à ação ordem de marcha, e não há nada que a atemorize mais do que ver a ação movimetar-se. Rejeita, por conseguinte, as moções da Montanha e passa à ordem do dia. Uma vez abandonados os aspectos principais do problema em causa, o Poder Executivo espera calmamente a oportunidade de levantá-lo outra vez por motivos mesquinhos e insignificantes, quando não apresente, por assim dizer, senão um interesse parlamentar estreito e puramente local. Só aí estoura o ódio contido do partido da ordem, só aí ele arranca a cortina dos bastidores, acusa o presidente, declara a república em perigo; mas, então, também o seu furor parece absurdo e o motivo da luta parece um pretexto hipócrita, inteiramente desprovido de sentido. A tempestade parlamentar transforma-se em uma tempestade em copo de água, a luta em intriga, o conflito em escândalo. Enquanto as classes revolucionárias se deleitam em um prazer malévolo em face da humilhação da Assembléia Nacional, pois se entusiasmam pelas prerrogativas parlamentares dessa Assembléia tanto quanto esta se entusiasma pelas liberdades públicas, a burguesia de fora do Parlamento não compreende como a burguesia de dentro do Parlamento pode perder tanto tempo com disputas tão mesquinhas e comprometer a tranqüilidade pública com rivalidades tão tolas com o presidente. Confunde-se com uma estratégia que declara a paz o momento em que todo mundo espera batalhas, e ataca o momento em que todo mundo pensa que a paz foi concluída.

A 20 de dezembro Pascal Duprat interpelou o ministro do Interior sobre a Loteria das Barras de Ouro. Essa loteria era "filha do Eliseu". Bonaparte, com seus fiéis adeptos, trouxera-a ao mundo; e o Chefe de Polícia, Carlier, colocara-a sob sua proteção oficial, embora a lei francesa proíba todas as loterias, com a exceção de rifas para beneficência. Sete milhões de bilhetes de loteria, a um fraco cada um, cujos lucros destinavam-se, ostensivamente, a embarcar vagabundos parisienses para a Califórnia. Por um lado, queria-se que os sonhos dourados substituíssem os sonhos socialistas do proletariado de Paris; e que a

perspectiva sedutora do primeiro prêmio substituiu o direito doutrinário ao trabalho. Os trabalhadores de Paris, antítese, não reconheceram o brilho das barras de ouro da Califórnia os modestos francos que tinham sido subtraídos de seus bolsos. No fudamental, porém, o assunto não passava de um legítimo logro. Os vagabundos que queriam encontrar minas de ouro da Califórnia sem se darem ao trabalho de sair de Paris eram o próprio Bonaparte e os endividados cavaleiros de sua Távola Redonda. Os 3 milhões votados pela Assembléia Nacional haviam sido gastos estroinamente; os cofres tinham que ser reabastecidos, fosse como fosse. Em vão Bonaparte abriu uma subscrição Nacional para a construção das chamadas *cités ouvrières*, figurando à frente da lista com uma soma considerável. Os burgueses cruéis esperaram desconfiadamente que ele pagasse a sua conta, e como isso, antítese, não aconteceu, a especulação sobre aqueles castelos no ar socialistas caiu imediatamente por terra. As barras de ouro deram melhor resultado. Bonaparte & Cia não se contentaram em embolsar uma parte do excedente dos 7 milhões sobre as barras que seriam distribuídas como prêmios; fabricaram bilhetes falsos; emitiram dez, 15 e mesmo 20 bilhetes com o mesmo número - operação financeira bem de acordo com o espírito da Sociedade de 10 de Dezembro! A Assembléia Nacional defrontava-se aqui não com o fictício presidente da República, mas com Bonaparte em carne e osso. Podia apanhá-lo em flagrante, infringindo não a Constituição, mas o Código Penal. Se a Assembléia passou à ordem do dia, diante da interpelação de Duprat, isto não aconteceu apenas porque a moção de Girardin¹⁸³ no sentido de declarar-se *satisfait* recordava ao partido da ordem sua própria corrupção sistemática. O burguês, e principalmente o burguês arvorado em estadista, complementa sua mesquinhez prática com sua extravagância teórica. Como estadista ele se transforma, assim como o poder estatal com que se defronta, em um ser superior que só pode ser combatido em uma forma superior, consagrada.

Bonaparte, que precisamente por ser um boêmio, um príncipe lúmpen proletário, levava vantagem sobre o burguês vil porque podia conduzir a luta por meios vis, viu agora, depois que a própria Assembléia o guiara, por sua própria mão, através do terreno escorregadiço dos banquetes militares, das revistas de tropas, da Sociedade de 10 de Dezembro e, finalmente, do Código Peal, que chegara o momento em que poderia passar de uma aparente defensiva à ofensiva. As pequenas derrotas sofridas nesse ínterim pelos ministros da Justiça, da Guerra, da Marinha e da Fazenda, através das quais a Assembléia Nacional expressava seus rosados de desagrado, icomodavam-no muito pouco. Não só impediu que os ministros renunciassem, e com isso admitissem a supremacia do Parlamento sobre o Poder Executivo, como se sentiu capaz de consumir agora o que começara durante o período de recesso da Assembléia Nacional: a separação entre o poder militar e o Parlamento, a destituição de Changarnier.

Um jornal do Eliseu publicou uma ordem do dia pretensamente dirigida, durante o mês de maio, à Primeira Divisão Militar e, portanto, procedente de Chagnarnier, a qual se reconedava aos oficiais, em caso de insurreição, que não poupassem os traidores dentro de suas fileiras, mas que os fuzilassem imediatamente, e que recusassem tropas à Assembléia Nacional, caso esta as requisitasse. A 3 de janeiro de 1851, o Gabinete foi interpelado sobre essa ordem do dia. Para investigar o assunto, solicitou um prazo, primeiro de três meses, depois de uma semana, e finalmente de apenas 24 horas. A

Assembléia insistiu em uma explicação imediata. Changarnier levantou-se e declarou que tal ordem do dia jamais existiu. Acrescentou que se apressaria sempre em atender às exigências da Assembléia Nacional e que em caso de conflito esta podia contar com ele. A Assembléia recebeu essa declaração com aplausos indescritíveis e lhe concedeu um voto de confiança. Abdicou, assim, dos seus poderes, decretando a própria impotência e a onipotência do exército, ao colocar-se sob a proteção privada de um general; mas o general se iludia ao colocar à disposição da Assembléia, contra Bonaparte, um poder que só detinha por delegação do próprio Bonaparte, e quando, por seu turno, esperava ser protegido por esse Parlamento, pelo seu próprio protegido carente de proteção. Changarnier, porém acreditava no poder misterioso com que a burguesia o dotara desde 29 de janeiro de 1849. Considerava-se a terceira força, em igualdade de condições com os outros dois poderes estatais. Compartilhava da sorte dos outros heróis, ou melhor, santos, dessa época, cuja grandeza consistia precisamente na auréola com que os cercavam interessadamente nos seus próprios partidos, e que se reduzem a figuras comuns assim que as circunstâncias exigem milagres. A incredulidade é, geralmente, o inimigo mortal desses heróis supostos e santos verdadeiros. Daí sua majestosa indignação moral diante da falta de entusiasmo demonstrada pelos espirituosos e trocistas.

Naquela mesma noite os ministros foram chamados ao Eliseu; Bonaparte insiste na destituição de Changarnier; cinco ministros recusam-se a assiná-la; o *Moniteur* anuncia uma crise ministerial, e o partido da ordem ameaça formar um exército parlamentar sob o comando de Changarnier. O partido da ordem dispunha de poderes constitucionais para adotar essa medida. Tinha apenas que designar Changarnier, presidente da Assembléia e requisitar todas as tropas que quisesse para sua proteção. Podia fazê-lo com tanto maior segurança quanto Changarnier detinha ainda o mando efetivo do exército e da Guarda Nacional de Paris e aguardava apenas ser requisitado juntamente com o exército. A imprensa bonapartista não se atrevia no momento sequer a pôr em dúvida o direito da Assembléia Nacional de requisitar tropas diretamente, num escrupulo legal que, dadas as circunstâncias, não augurava nenhum êxito. Considerando que Bonaparte teve que esquadrihar Paris inteira, durante oito dias, para descobrir finalmente dois generais - Baraguey d'Hilliers e Saint-Jean d'Angely¹⁸⁴ - que se declarassem dispostos a subscrever a destituição de Changarnier, é bem provável que o exército tivesse obedecido ordens da Assembléia Nacional. É mais do que duvidoso, porém, que o partido da ordem tivesse encontrado em suas próprias fileiras e no Parlamento o número de votos necessário para essa resolução se se leva em conta que oito dias mais tarde 286 votos desligaram-se do partido e que em dezembro de 1851, na última oportunidade para decisão, a Montanha rejeitou ainda uma proposta semelhante. Não obstante, os burgraves poderiam talvez ter conseguido ainda arrastar a massa do partido a um heroísmo que consistia em se sentirem seguros por trás de uma floresta de baionetas e em aceitar os serviços de um exército que se passara para o seu campo. Em vez disso, na noite de 6 de janeiro, os senhores burgraves rumaram para o Eliseu a fim de forçar Bonaparte a desistir do propósito de destituir Changarnier mediante frases de estadistas e prementes razões de Estado. Quando se tenta persuadir alguém é porque se reconhece ser ele o dono da situação. A 12 de janeiro, Bonaparte, sentindo-se seguro em face daquela atitude, nomeia um

novo ministério, do qual continuam a participar os chefes do antido (antigo), Fould e Baroche. Saint-Jean d'Angely é feito ministro da Guerra, o *Moniteur* publica o decreto de destituição de Changarnier, e seu comando é dividido entre Baraguey d'Hilliers, designado para a Primeira Divisão do Exército, e Perrot¹⁸⁵ que recebe o comando da Guarda Nacional. O baluarte da sociedade foi despedido, e se nenhuma telha cai dos telhados por esse motivo, as cotações da Bolsa, por outro lado, começam a subir.

Ao repelir o exército, que se coloca, na pessoa de Changarnier, à sua disposição, e entregando-o, portanto, irremissivelmente, às mãos do presidente, o partido da ordem deixa evidente que a burguesia perdeu a capacidade de governar. Já não existia um governo parlamentar. Tendo agora perdido, efetivamente, o controle sobre o exército e a Guarda Nacional, que forças lhe restavam para manter simultaneamente a autoridade usurpada do Parlamento sobre o povo e sua autoridade Constitucional contra o presidente? Nenhuma. Só lhe restava agora apelar para os princípios sem força, para princípios que ele próprio, partido da ordem, sempre interpretara como meras regras gerais, que se prescrevem aos outros a fim de garantir para si maior liberdade de movimentos. A destituição de Changarnier e a passagem do poder militar para as mãos de Bonaparte encerra a primeira parte do período que estamos considerando, o período da luta entre o partido da ordem e o Poder Executivo. A guerra entre os dois poderes é agora declarada abertamente, travada abertamente, mas só depois de o partido da ordem ter perdido tanto as armas como os soldados. Sem o ministério, sem o exército, sem o povo, sem a opinião pública, não mais representado, depois de sua lei eleitoral de 31 de maio, a ação soberana, sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada, a Assembléia Nacional transformara-se gradativamente em um Parlamento *ancien régime*, que tem de ceder a iniciativa ao governo e contentar-se com grunhidos recriminatórios *postfestum*.

O partido da ordem recebe o novo ministério com uma tempestade de indignação. O general Bedeau evoca a complacência da Comissão Permanente, o período de recesso e a consideração excessiva que demonstrara ao abrir mão da publicação das atas de suas sessões. O ministro do interior insiste agora, ele próprio, na publicação dessas atas que, antítese, nesta altura já se tornaram tão insossas como água estagnada, não revelam nenhum fato novo e não produzem o menor efeito sobre o público indiferente. Em face da proposta de Rémusat¹⁸⁶, a Assembléia Nacional recolhe-se às suas comissões e nomeia uma "Comissão para Medidas Extraordinárias". Paris abandona menos ainda o ramerrão de sua vida quotidiana, tanto mais quanto neste momento o comércio está próspero, as fábricas trabalharam, os preços do trigo andam baixos, os gêneros alimentícios abundantes e as caixas econômicas recebem diariamente novos depósitos. As "medidas extraordinárias" que o Parlamento anunciou com tanto alarde evaporam-se, a 18 de janeiro, em um voto de censura ao ministério, sem que o nome do general Changarnier seja sequer mencionado. O partido da ordem vira-se forçado a colocar a moção dessa forma a fim de assegurar os votos dos republicanos, pois de todas as medidas do ministério a demissão de Changarnier é precisamente a única que os republicanos aprovam, ao passo que o partido da ordem não estava em situação de censurar os demais atos ministeriais que ele próprio ditara.

O voto de censura de 18 de janeiro foi aprovado por 415 votos contra 286. Só pôde passar, portanto, mediante uma coligação de legitimistas e orleanistas extremados com os republicanos puros e a Montanha. Provou assim que o partido da ordem perdera, em seus conflitos com Bonaparte, não só o ministério, não só o exército, mas também sua maioria parlamentar independente; provou que uma ala de deputados desertara de seu lado, movida pelo fanatismo da conciliação, pelo medo de lutar, pela lassidão, por considerações de família sobre salários de parentes, por especulação em torno das pastas ministeriais que se tornassem vagas (Odilon Barrot), por esse vulgar egoísmo, enfim, que torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o interesse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular. Desde o início, os representantes bonapartistas só aderiam ao partido da ordem na luta contra a revolução. O dirigente do partido católico, Montalembert¹⁸⁷, tendo perdido as esperanças nas perspectivas de vida do partido parlamentar, já jogara então sua influência a favor dos bonapartistas. Finalmente, os dirigentes desse partido, Thiers e Berryer, o orleanista e o legitimista, viram-se compelidos a se declararem abertamente republicanos, a confessar que eram monarquistas de coração mas que suas idéias eram republicanas, que a república parlamentar era a única forma de governo possível para o domínio efetivo da burguesia. Foram assim compelidos, perante a própria burguesia, a denunciar como uma trama tão perigosa quanto estúpida os planos de Restauração que continuavam incansavelmente a urdir às escondidas do Parlamento.

O voto de censura de 18 de janeiro atingiu os ministros, mas não o presidente. E não fora o ministério, e sim o presidente, que destituiria Changarnier. Deveria o partido da ordem pronunciar-se a favor do impeachment do próprio Bonaparte, baseando-se em seus anseios de restauração? Mas estes eram meros complementos de seus próprios desejos. Em vista de sua conspiração, com referência às paradas militares e à Sociedade de 10 de Dezembro? Eles haviam de há muito enterrado esses temas sob simples ordens do dia. Devido à destituição do herói de 29 de janeiro e de 13 de junho, do homem que em maio de 1850 ameaçou atear fogo em Paris o caso de ocorrer um levante? Seus aliados da Montanha, assim como Cavaignac, não lhes permitiram sequer soerguer o ex-baluarte da sociedade através de um atestado oficial de simpatia. Eles próprios não podiam negar ao presidente o direito Constitucional de demitir um general. Enfureceram-se apenas porque ele utilizou de maneira não parlamentar o seu direito Constitucional. Não tinham eles com freqüência utilizando inconstitucionalmente suas prerrogativas parlamentares, especialmente com relação à abolição do sufrágio universal? Viram-se assim reduzidos a agir estritamente dentro dos limites parlamentares. E foi necessário passar por aquela doença peculiar que desde 1848 vem grassando em todo o Continente, o cretinismo parlamentar¹⁸⁸, que mantém os elementos contagiados firmemente presos a um mundo imaginário, privando-os de todo senso comum, de qualquer recordação de toda compreensão do grosseiro mundo exterior - foi necessário passar por esse cretinismo parlamentar para que aqueles que haviam, com suas próprias mãos, destruído todas as condições do poder parlamentar, e que tinham necessariamente que destruí-las em sua luta com as outras classes, considerassem ainda como vitórias as suas vitórias parlamentares e acreditassem ferir o presidente quando investiam contra seus ministros. Deram-lhe apenas a oportunidade de humilhar novamente a Assembléia

Nacional aos olhos da nação. A 20 de janeiro o *Moniteur* anunciava que fora aceita a renúcia coletiva do ministério. Sob o pretexto de que nenhum partido parlamentar dispunha já de maioria, como tinha sido provado pela votação de 18 de janeiro, fruto da coligação da Montanha com os monarquistas, e enquanto não se constituía uma nova maioria, Bonaparte nomeou um ministério dito de transição, no qual não figurava um único membro do Parlamento, sendo inteiramente composto de indivíduos absolutamente desconhecidos e insignificantes, um ministério de escreventes e copistas. O partido da ordem podia agora faltar-se de brincar com esses bonecos de engonço; o Poder Executivo não mais julgava que valesse a pena estar seriamente representado na Assembléia Nacional. Quanto mais inexpressivos fossem os seus ministros, mais manifestamente Bonaparte concentrava em sua pessoa todo o Poder Executivo e maior margem tinha para explorá-lo para seus próprios interesses.

Em aliança com a Montanha, o partido da ordem vingou-se rejeitando a proposta, que o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro obrigara seus escreventes ministeriais a apresentar, de conceder ao presidente uma dotação de 1 milhão e 800 mil francos. Desta vez a questão foi decidida por uma maioria de apenas 102 votos; mais 27 votos, tinham, assim, desertado desde 18 de janeiro; aumenta a desintegração do partido da ordem. Ao mesmo tempo, a fim de que nem por um momento pudesse haver qualquer sombra de dúvida quanto ao verdadeiro sentido de sua aliança com a Montanha, ele se negou com desprezo a considerar sequer uma proposta assinada por 189 membros da Montanha visando à concessão de anistia geral a todos os culpados de delitos políticos. Bastou que o ministro do interior, um certo Vaïsse¹⁸⁹, declarasse que a tranquilidade era apenas aparente, que em surdina reinava uma grande agitação, que sociedades multiformes estavam sendo organizadas secretamente, que os jornais democráticos preparavam-se para reaparecer, que os relatórios provenientes dos Departamentos eram desfavoráveis, que os refugiados de Genebra dirigiam uma conspiração que, através de Lyon, alastrava-se por todo o sul da França, que a França estava à beira de uma crise industrial e comercial, que as fábricas de Roubaix haviam reduzido a jornada de trabalho, que os prisioneiros de Belle Isle estavam amotinados - bastou que um simples Vaïsse conjurasse o fantasma vermelho para que o partido da ordem rejeitasse sem discussão uma moção que teria certamente dando imensa popularidade à Assembléia Nacional e forçado Bonaparte a atirar-se novamente em seus braços. Em vez de se deixar intimidar pelo Poder Executivo com a perspectiva de novos distúrbios, devia ter dado à luta de classes uma pequena oportunidade, a fim de manter o Poder Executivo a dependência. Não se sentiu, porém, capaz de brincar com fogo.

Entretanto, o ministério dito de transição continuou a vegetar até meados de abril. Bonaparte cansou e ludibriou a Assembléia Nacional com constantes reformas ministeriais. Ora, parecia querer formar um ministério republicano com Lamartine¹⁹⁰ e Billault¹⁹¹, ora um ministério parlamentar com o inevitável Odilon Barrot, cujo nome jamais poderá faltar quando se precisar de uma vítima facilmente enganável, em seguida um ministério legitimista com Vatimesnil¹⁹² e Benoist d'Azy¹⁹³, em seguida novamente um ministério orleanista com Maleville¹⁹⁴. Enquanto mantinha assim a tensão entre as diferentes facções do partido da ordem, alarmando-as todas com a perspectiva de um ministério republicano e a conseqüente restauração inevitável do sufrágio universal, instilava ao mesmo tempo na

burguesia a convicção de que seus esforços sinceros para formar um ministério parlamentar estavam sendo frustrados pela incapacidade de reconciliação existente entre as facções monarquistas. A burguesia, entretanto, clamava ainda mais alto por um "governo forte"; achava tanto mais imperdoável deixar a França "sem administração" quanto mais parecia agora iminente uma crise comercial geral, que conquistava recrutas para o socialismo nas cidades da mesma forma que o preço ruinoso do trigo o fazia no campo. O comércio diminuía dia a dia, o número de desempregados aumentava visivelmente, havia pelo menos dez mil operários famintos em Paris, inúmeras fábricas estavam paralisadas em Rouen, Mulhouse, Lyon, Roubaix, Tourcoing, St. Etienne, Elbeuf etc. Em tais circunstâncias Bonaparte pôde aventurar-se a restaurar, a 11 de abril, o ministério de 18 de janeiro: os Srs. Rouher, Fould, Baroche etc., reforçados pelo Sr. Léon Faucher, que a Assembléia Constituinte, em seus últimos dias, denunciara unanimemente, com exceção apenas dos votos de cinco ministros, edereçando-lhe um voto de censura pelo envio de telegramas falsos. A Assembléia Nacional obtivera assim uma vitória sobre o ministério a 18 de janeiro, lutara durante três meses contra Bonaparte, para acabar vendo Fould e Baroche admitirem a 11 de abril o ingresso do puritano Faucher como tertius em sua aliança ministerial.

Em novembro de 1849 Bonaparte contentara-se com um ministério *não-parlamentar*, em janeiro de 1851 com um *ministério extra* parlamentar, e a 11 de abril setiu-se suficientemente forte para constituir um ministério *antiparlamentar*, que combinava harmoniosamente em si os votos de censura das duas Assembléias, a Constituinte e a Legislativa, a republicana e a realista. Essa gradação de ministérios era o termômetro com o qual o Parlamento podia medir a queda de seu próprio calor vital. Em fins de abril este caíra a tal ponto que Persigny, em uma entrevista pessoal, pôde instar Changarnier para que se passasse ao campo do presidente. Assegurou-lhe de que Bonaparte considerava completamente destruída a influência da Assembléia Nacional e de que já estava pronta a proclamação que deveria ser publicada depois do golpe de Estado, firmemente projetado mas que as circunstâncias haviam feito novamente adiar. Changarnier informou os dirigentes do partido da ordem do aviso fúnebre, mas quem acredita que as mordidas dos percevejos sejam mortais? E o Parlamento combalido, desintegrado, marcado pela morte como estava, não podia convencer-se a ver em seu duelo com o chefe grotesco da Sociedade de 10 de Dezembro alguma coisa a mais do que um duelo com um percevejo. Bonaparte, porém, respondeu ao partido da ordem como Agesilau¹⁹⁵ respondera ao rei Ágis: "Em tua opinião assemelho-me a uma formiga, mas um dia serei leão."

Capítulo VI

A aliança com a Montanha e os republicanos puros, à qual o partido da ordem viu-se condenado o esforço vão de conservar o poder militar e reconquistar o controle supremo sobre o Poder Executivo, provou irrefutavelmente que ele perdera sua maioria parlamentar própria. A 28 de maio, o simples poder do calendário, do ponteiro do relógio, deu o sinal para sua completa desintegração. Com o 28 de Maio teve início no ultimo ano de vida da Assembléia Nacional. Tinha agora que decidir-se ou a manter inalterada a Constituição ou a reformá-la. A revisão da Constituição, porém, não implicava apenas o

domínio da burguesia ou da democracia pequeno-burguesa, democracia ou anarquia proletária, república parlamentar ou Bonaparte: significava também Orléans ou Bourbon! Surgiu assim no Parlamento o pomo de discórdia que teria forçosamente que inflamar abertamente o conflito de interesses que dividia o partido da ordem em facções hostis. O partido da ordem era um combinado de substâncias sociais heterogêneas. A questão da revisão gerou uma temperatura política na qual ele voltou a se decompor em seus elementos primitivos.

O interesse dos bonapartistas na revisão era simples. Para eles tratava-se, sobretudo, de abolir o artigo 45, que proibia a reeleição de Bonaparte e a prorrogação de seus poderes. A posição dos republicanos não parecia menos simples. Rejeitavam incondicionalmente qualquer revisão; viam nela uma conspiração universal contra a república. Considerando que controlavam mais de um quarto dos votos da Assembléia Nacional e que de acordo com a Constituição eram necessários três quartos dos votos para tornar legalmente válida a resolução de reforma e para convocar a Assembléia encarregada de proceder a essa revisão, tinham apenas que contar seus votos para terem certeza da vitória. E tinham certeza da vitória.

Diante de posições tão definidas o partido da ordem via-se preso em contradições inextrincáveis. Se rejeitasse a reforma estaria pondo em perigo o *status quo*, uma vez que teria deixado a Bonaparte apenas uma saída, pela força, e o segundo domingo de maio de 1852, a hora decisiva, estaria entregando a França à anarquia revolucionária, com um presidente que perdera a autoridade, com um Parlamento que a muito não a possuía, e com um povo que se mostrava disposto a reconquistá-la. Se votasse a favor da reforma Constitucional, sabia que votava em vão e que teria forçosamente que fracassar inconstitucionalmente, se declarasse válida a simples maioria de votos, só poderia então esperar dominar a revolução submetendo-se incondicionalmente ao Poder Executivo, o que tornaria Bonaparte dono da Constituição, da reforma e do próprio partido. Uma reforma apenas parcial, que prorrogasse a autoridade do presidente, prepararia o caminho para a usurpação imperial. Uma revisão geral que encurtasse a vida da república lançaria as pretensões dinásticas em inevitável conflito, pois as condições de restauração dos Bourbons e dos orleanistas eram não só diferentes, como se excluía mutuamente.

A república parlamentar era mais do que o campo neutro no qual as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado com igualdade de direitos. Era a condição inevitável para seu domínio em comum a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade. Na qualidade de monarquistas, eles recaiam em seu velho antagonismo, a luta pela supremacia do latifúndio ou do capital, é a mais alta expressão desse antagonismo, sua personificação, eram seus próprios reis, suas dinastias. Daí a resistência do partido da ordem à volta dos Bourbons.

Creton, orleanista e representante do povo, apresentara periodicamente em 1849, 1850 e 1851 uma moção propondo a revogação do decreto de exílio das famílias reais. Com a mesma regularidade o Parlamento fornecia o espetáculo de uma Assembléia de monarquistas que obstinadamente impedia a passagem através da qual seus reis exilados podiam retornar à pátria. Ricardo III¹⁹⁶ assassinara Henrique

VI observando que ele era bom demais para este mundo e que seu lugar era no céu. Eles declaravam que a França era demasiado má para receber novamente seus reis. Compelidos pelas circunstâncias, haviam-se convertido em republicanos e sancionavam repetidas vezes a decisão popular que bania seus reis da França.

A reforma da Constituição - e as circunstâncias obrigavam a que fosse tomada em consideração - punha em julgamento, juntamente com a república, o governo comum das duas facções burguesas e reavivava, com a possibilidade da monarquia, a rivalidade de interesses que esta representara alternadamente como preponderantes, na luta pela supremacia de uma facção sobre a outra. Os diplomatas do partido da ordem pensavam que podiam solucionar a contenda através do amálgama das duas dinastias, por meio de uma suposta fusão dos partidos monarquistas e de suas casas reais. A verdadeira fusão da Restauração e da monarquia de julho, porém, foi a república parlamentar, na qual se amalgamaram as cores orleanista e legitimista e desapareceram as várias espécies de burgueses, dando lugar ao burguês propriamente dito, à espécie burguesa. Agora, entretanto, o orleanista devia tornar-se legitimista e o legitimista orleanista. A realeza, em que se personificava seu antagonismo, devia encarar sua união; a expressão de seus interesses exclusivos de facção deveria tornar-se a expressão de seu interesse de classe comum; a monarquia deveria fazer o que só a abolição de duas monarquias, a república, podia fazer e de fato fez. Era a pedra filosofal que os doutores do partido da ordem quebravam a cabeça para descobrir. Como se a monarquia legitimista pudesse jamais converter-se a monarquia da burguesia industrial ou a monarquia burguesa jamais converter-se a monarquia da tradicional aristocracia da terra. Como se o latifúndio e a indústria pudessem irmanar-se sob uma só coroa, quando a coroa só podia descer sobre uma cabeça, a do irmão mais velho ou a do mais jovem. Como se a indústria pudesse chegar a algum acordo com o latifúndio enquanto este não se decidisse a tornar-se industrial. Se Henrique V morresse no dia seguinte, o conde de Paris não se tornaria por isso o rei dos legitimistas, a menos que deixasse de ser o rei dos orleanistas. Os filósofos da fusão, entretanto, que se tornavam mais vociferantes à medida que a questão da reforma passava ao primeiro plano, que haviam feito da *Assemblée Nationale* seu diário oficial e que se acham novamente empenhados em seu trabalho mesmo neste momento (fevereiro de 1852), consideravam que toda a dificuldade provinha da oposição e rivalidade entre as duas dinastias. As tentativas de reconciliar a família Orléans com Henrique V, começaram desde a morte de Luís Filipe mas que, como acontece geralmente com as intrigas dinásticas, só eram encenadas durante os períodos de recesso da Assembléia Nacional, os entreatos, por detrás dos bastidores, mais por coqueteria sentimental com a velha superstição do que com propósitos sérios, converteram-se agora em grandes representações de Estado, desempenhadas pelo partido da ordem no cenário público, em vez das representações de amadores que vinham sendo encenadas até então. Os mensageiros correm de Paris a Veneza, de Veneza a Claremont, de Claremont a Paris. O conde de Chambord¹⁹⁷ lança um manifesto no qual, "com a ajuda de todos os membros de sua família", anuncia não a sua, mas a Restauração "Nacional". O orleanista Salvandy¹⁹⁸ atira-se aos pés de Henrique V. Os chefes legitimistas, Berryer¹⁹⁹, Benoist d'Azy²⁰⁰, Saint-Priest²⁰¹, viajam até Claremont a fim de convencer os orleanistas, porém em vão. Os adeptos da fusão percebem tarde demais que os interesses das duas facções burguesas nem perdem seu exclusivismo nem adquirem maleabilidade quando acentuados na forma de interesse de família, interesses de duas casas reais. Se Henrique V viesse a reconhecer o conde de

Paris como seu sucessor - o único êxito que, a melhor das hipóteses, poderia alcançar na fusão - a Casa de Orléans não conquistaria nenhum direito que já não tivesse assegurado devido à ausência de herdeiros de Henrique V, mas perderia, por outro lado, todos os direitos que alcançara com a Revolução de Julho. Renunciaria a suas pretensões primitivas, a todos os títulos que arrancara do ramo mais antigo dos Bourbons em quase cem anos de luta; trocava sua prerrogativa histórica, a prerrogativa do reino monarca, pela prerrogativa de sua árvore genealógica. A fusão, portanto, não representaria senão a abdicação voluntária da Casa de Orléans, sua renúncia à legitimidade, o recuo arrependido da igreja protestante do Estado à Igreja Católica. Um recuo que, ademais, não a conduziria sequer ao trono que perdera, mas apenas aos degraus do trono onde nascera. Os velhos ministros orleanistas, Guizot, Duchatel etc. que acorriam também a Claremont a fim de advogar a fusão, representavam a realidade apenas o Katzenjammer da Revolução de julho, a desilusão em face do reino burguês e da realeza da burguesia, a crença supersticiosa a legitimidade como o último amuleto contra a anarquia. Embora se afigurassem como mediadores entre os Orléans e os Bourbons, eles nada mais eram, na realidade, do que orleanistas renegados, e o príncipe de Joinville²⁰² recebeu-os como tais. Por outro lado, na ala orleanista que tinha possibilidades de se desenvolver, seu setor belicoso. Thiers, Baze²⁰³ etc., convenceu com tanto maior facilidade a família de Luís Filipe de que se qualquer restauração diretamente monarquista pressupunha a fusão das duas dinastias e uma tal fusão pressupunha a abdicação da Casa de Orléans - estava, pelo contrário, perfeitamente de acordo com a tradição de seus antepassados reconhecer o momento a república e esperar até que os acontecimentos permitissem converter em trono a cadeira presidencial. Circularam rumores sobre a candidatura de Joinville, aguçou-se a curiosidade do público e, alguns meses mais tarde, em setembro, após a rejeição da reforma Constitucional, sua candidatura foi publicamente proclamada.

A tentativa de realizar uma fusão de orleanistas e legitimistas, portanto, não só fracassara como destruíra sua fusão parlamentar, sua forma comum republicana, e fragmentara o partido da ordem em seus elementos componentes; mas quanto mais crescia a divergência entre Claremont e Veneza, quanto mais falhavam as possibilidades de acordo e a agitação de Joinville ganhava terreno; tanto mais vivas e intensas se tornavam as negociações entre o ministro bonapartista Faucher e os legitimistas.

A desintegração do partido da ordem não se deteve ao reduzir-se a seus elementos primitivos. Cada uma das duas alas principais, por sua vez, experimentou novo processo de decomposição. Era como se todos os velhos matizes que anteriormente lutavam e se debatiam um contra o outro dentro de cada um dos dois campos, tanto do legitimista como do orleanista, como ínfusórios secos ao contato da água, tivessem novamente adquirido suficiente energia vital para constituir grupos próprios e antagonismos independentes. Os legitimistas imaginavam estar novamente em meio às cotrovérsias existentes entre as Tulherias e o Pavilhão Marsan, entre Villèle²⁰⁴ e Polignac²⁰⁵. Os orleanistas reviviam os tempos áureos dos toreiros entre Guizot, Molé, Broglie²⁰⁶, Thiers e Odilon Barrot.

A ala do partido da ordem que ansiava pela reforma mas que estava novamente cindida sobre a questão dos limites dessa reforma, uma ala composta por legitimistas chefiados de um lado por Berryer e Falloux e de outro lado La Rochejaquelein²⁰⁷, bem como pelos orleanistas casados de lutar chefiados por

Molé, Broglie, Odilon Barrot e Odilon Barrot, entrou em acordo com os representantes bonapartistas sobre a seguinte moção, indefinida e ampla:

Os representantes abaixo assinados, tendo em vista restaurar a ação no pleno exercício de sua soberania, propõem que seja procedida a reforma da Constituição.

Não obstante, ao mesmo tempo declaravam unanimemente, através de seu porta-voz, Tocqueville²⁰⁸, que a Assembléia Nacional não tinha o direito de propor a abolição da república, que esse direito cabia exclusivamente à câmara encarregada da reforma. Quanto ao mais, a Constituição só poderia ser reformada de maneira "legal" ou seja, se, conforme o preceito Constitucional, três quartos dos votos se manifestassem a favor da reforma. A 19 de julho, depois de seis dias de tempestuosos debates, a reforma foi rejeitada, como era de se esperar. Houve 446 votos a favor, mas 278 contrários. Os orleanistas extremados, Thiers, Chagrier etc., votaram com os republicanos e a Montanha.

A maioria do Parlamento declarou-se, assim, contra a Constituição, mas essa mesma Constituição declarava-se a favor da maioria e estabelecia como decisivo o pronunciamento desta. Não tinha o partido da ordem, entretanto, a 31 de maio de 1850 e a 13 de junho de 1849, subordinado a Constituição à maioria parlamentar? Não fora toda a sua política baseada até agora na subordinação dos parágrafos da Constituição às decisões da maioria parlamentar? Não deixara aos democratas a superstição bíblica a letra da lei, e castigado por isso esses mesmos democratas? No momento, porém, a reforma da Constituição não significava senão a manutenção do poder presidencial, da mesma forma que a manutenção da Constituição significava apenas a deposição de Bonaparte. O Parlamento manifestava-se favorável a ele, mas a Constituição declarava-se contra o Parlamento. Ele, portanto, agiu de acordo com o Parlamento quando rasgou a Constituição, e de acordo com a Constituição quando dissolveu o Parlamento.

O Parlamento declarou a Constituição, e com ela seu próprio poder, "acima da maioria"; mediante seus votos abrogara a Constituição e prorrogara o poder presidencial, declarando ao mesmo tempo que nem aquela podia morrer nem este viver enquanto ele próprio continuasse a existir. Os que deveriam enterrá-lo já esperavam junto à porta. Enquanto o Parlamento discutia a reforma, Bonaparte destituiu o general Baraguey d'Hilliers, que se mostrara irresoluto no comando da Primeira Divisão do Exército, nomeando para substituí-lo o general Maga²⁰⁹, o vencedor de Lyon, o herói das jornadas de dezembro, uma de suas criaturas, que sob Luís Filipe, por ocasião da expedição a Bologne, já se comprometera mais ou menos a favor de Bonaparte.

Com sua decisão sobre a reforma o partido da ordem demonstrou que não sabia nem governar nem servir; nem morrer; nem suportar a república nem derrubá-la; nem defender a Constituição nem revogá-la; nem cooperar com o presidente nem romper com ele. De onde esperava então a solução de todas as contradições? Do calendário, da marcha dos acontecimentos. Deixou de se arvorar em árbitro dos acontecimentos. Desafiou, portanto, os acontecimentos a assumirem o controle sobre ele, desafiando dessa maneira o poder ao qual, o decurso da luta contra o povo, cedera uma prerrogativa atrás da outra, até permanecer impotente diante desse poder. A fim de que o chefe do Poder Executivo pudesse com maior tranquilidade traçar contra ele seu plano de campanha, reforçar seus meios de ataque, escolher suas armas e fortificar suas posições, precisamente nesse momento crítico o Parlamento resolveu retirar-se de

cena e suspender suas sessões durante três meses, de 10 de agosto a 4 de novembro.

O partido parlamentar não só se desdobrara em suas duas grandes facções, cada uma dessas não só se subdividiram por sua vez, mas o partido da ordem de dentro do Parlamento. Os arautos e escribas da burguesia, sua plataforma e sua imprensa, em suma, os ideólogos da burguesia, e a própria burguesia, representantes e os representados, enfrentavam-se com hostilidade e não mais se compreendiam.

Os legitimistas das províncias, com seu horizonte limitado e seu entusiasmo ilimitado, acusavam seus dirigentes parlamentares, Berryer e Falloux, de haverem desertado para o campo bonapartista, de terem abandonado Henrique V. Seus cérebros líricos acreditavam no pecado original, mas não na diplomacia.

Muito mais fatal e decisiva foi a ruptura da burguesia comercial com seus políticos. Censuravam-nos, não como os legitimistas censuravam os seus, por terem abandonado seus princípios que já se haviam tornado inúteis.

Já indiquei acima como, desde a entrada de Fould para o ministério, a ala da burguesia comercial que detivera a parte do leão no governo de Luís Filipe, ou seja, a aristocracia financeira, tornara-se bonapartista. Fould não representava apenas os interesses de Bonaparte na Bolsa, representava também os interesses da Bolsa junto a Bonaparte. A posição da aristocracia financeira está pintada de forma magistral em uma passagem de seu órgão europeu, *The Economist* de Londres. Em seu número de 1º de fevereiro de 1851 escreve o correspondente de Paris:

"Tivemos oportunidade de comprovar em numerosas fontes que a França deseja, acima de tudo, a tranquilidade. O presidente o declara em sua mensagem à Assembléia Legislativa; e o mesmo é repetido da tribuna; afirmado nos jornais; anunciado do púlpito; e é demonstrado pela sensibilidade dos títulos públicos à meor perspectiva de perturbação, e por sua estabilidade quando se torna evidente que o Poder Executivo sai vitorioso."

Em seu número de 29 de novembro de 1851 o *The Economist* declara em seu próprio nome:

"O Presidente é o guardião da ordem, e é agora reconhecido, como tal em todas as Bolsas de Valores da Europa."

A aristocracia financeira condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o Poder Executivo como uma perturbação da ordem, e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como vitórias da ordem. Por aristocracia financeira não se deve entender aqui apenas os grandes promotores de empréstimos e especuladores de títulos públicos, a respeito dos quais torna-se imediatamente óbvio que seus interesses coincidem com os interesses do poder público. Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles distribuídos entre comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. Se em todas as épocas a estabilidade do poder público significava tudo para todo o mercado financeiro e para os oficiais desse mercado financeiro, por que não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos Estados e, com eles, as velhas dívidas do

Estado?

Também a burguesia industrial, em seu fanatismo pela ordem, irritava-se com as disputas em que o partido da ordem se empenhava no Parlamento com o Poder Executivo. Depois de seu voto a 18 de janeiro, por ocasião da destituição de Chagarier, Thiers, Aglas, Saie-Beuve etc., receberam precisamente de seus Constituintes dos distritos industriais censuras públicas, as quais sua coligação com a Montanha era particularmente condenada como alta traição contra a ordem. Se, como vimos, as críticas jactaciosas, as mesquinhas intrigas que assinalaram a luta do partido da ordem contra o presidente, não mereceram melhor recepção, então por outro lado, esse partido burguês, que exigia que seus representantes permitissem, sem oferecer resistência, que o poder militar passasse das mãos de seu próprio Parlamento para as de um pretendente aventureiro - não era sequer digno das intrigas desperdiçadas em sua intenção. Demonstrou que a luta para manter seus interesses públicos, seus próprios interesses de classe, seu poder político, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados.

Quase que sem exceções os dignitários burgueses das cidades da província, as autoridades municipais, os juizes dos tribunais comerciais etc., recebiam Bonaparte em todas as localidades que visitava em suas excursões, da maneira mais abjeta, mesmo quando, como aconteceu em Dijon, ele desferiu um ataque sem reservas contra a Assembléia Nacional e, especialmete, contra o partido da ordem.

Quando o comércio era próspero, como ainda era em princípios de 1851, a burguesia comerciante enfurecia-se contra qualquer luta parlamentar, temendo que o comércio viesse a ressentir-se disso. Quando o comércio andava mal, como acontecia constantemente a partir do fim de fevereiro de 1851, a burguesia comerciante acusava as lutas parlamentares como responsáveis pela paralisação e clamava para que cessassem, a fim de que o comércio pudesse desenvolver-se novamente. Os debates sobre a reforma coincidiram justamente com esse período difícil. Tratando-se aqui da questão do ser ou não ser da forma de governo vigente, a burguesia sentia-se tanto mais autorizada a exigir que seus representantes pusessem fim a essa torturante situação provisória e mantivessem ao mesmo tempo o *status quo*. Não havia nisso nenhuma contradição. Por fim da situação provisória ela compreendia precisamente a sua perpetuação, o adiamento para um futuro distante do momento em que uma decisão tivesse que ser tomada. O *status quo* só poderia ser mantido de duas maneiras: pela prorrogação do poder de Bonaparte, ou mediante sua renúncia Constitucional e a eleição de Cavaignac. Um setor da burguesia desejava esta última solução e não soube dar a seus representantes outro conselho senão o de que se conservassem em silêncio e não tocassem a questão candente. Estavam convencidos de que se seus representantes não falassem, Bonaparte não agiria. Queriam um Parlamento-avestruz, que escondesse a cabeça para permanecer oculto. Outro setor da burguesia desejava, tendo em vista que Bonaparte já se encontrava na presidência, que continuasse o posto, a fim de que tudo pudesse prosseguir na mesma rotina de sempre. Irritavam-se por não ter o Parlamento violado abertamente a Constituição e abdicado sem maiores formalidades.

Os Conselhos Gerais dos Departamentos, aqueles organismos provinciais que representavam a alta burguesia e que se reuniam a partir de 25 de agosto, durante o período de recesso da Assembléia Nacional, manifestaram-se quase que por unanimidade pela reforma, e, por conseguinte, contra o

Parlamento e a favor de Bonaparte.

De maneira ainda mais inequívoca do que o seu afastamento de seus próprios representantes parlamentares, a burguesia demonstrou sua cólera contra seus representantes literários, sua própria imprensa. As sentenças, condenando ruinosas multas e a descabidos períodos de encerramento ditadas pelos júris burgueses por qualquer ataque de jorna listas burgueses contra os desejos usurpatórios de Bonaparte, qualquer tentativa da imprensa de defender os direitos políticos da burguesia contra o Poder Executivo, assombravam não só a França, como toda a Europa.

Se o partido parlamentar da ordem, com seu clamor pela tranquilidade, como demonstrei, comprometia-se manter-se tranqüilo, se declarava o domínio político da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo com suas próprias mãos, a luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições necessárias ao seu próprio regime, o regime parlamentar, por outro lado a massa extraparlamentar da burguesia, com seu servilismo para com o presidente, com seus insultos ao Parlamento, com maus-tratos a sua própria imprensa, cnovidava Bonaparte a suprimir e aniquilar o setor do partido que falava e escrevia, seus políticos e literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto. Declarava inequivocamente que ansiava se livrar de seu próprio domínio político a fim de se livrar das atribuições e perigos desse domínio.

E essa massa, que já se rebelara contra a luta puramente parlamentar e literária pelo domínio de sua própria classe traíra os dirigentes dessa luta, ousa agora, depois do caso passado, acusar o proletariado por não se ter levantado em uma luta sagrenta uma luta de vida ou de morte, em sua defesa! Essa massa, que sacrificava a cada momento seus interesses gerais de classe, isto é, seus interesses políticos aos mais mesquinhos e mais sórdidos interesses particulares, e exigia de seus representantes idêntico sacrifício, queixa-se agora de que o proletariado não se tenha sacrificado aos seus interesses materiais, os interesses políticos ideais dela! Apresenta-se como uma alma pura a quem o proletariado, desencaminhado pelos socialistas, não teria sabido compreender e abandonara o momento decisivo. E encontra um eco geral no mundo burguês. Não me refiro aqui, antítese, aos politikeiros alemães e ao refugio ideológico da mesma origem. Refiro-me, por exemplo, ao já citado *Economist*, que já a 29 de novembro de 1851, ou seja, quatro dias antes do golpe de Estado, apresentara Bonaparte como o "guardião da ordem" e Thiers e Berryer como "anarquistas", e a 27 de dezembro de 1851, depois que Bonaparte aquietara esses anarquistas, já vocifera sobre a traição perpetrada pelas "massas proletárias, ignorates, incultas e estúpidas contra a habilidade, conhecimento, disciplina, influência mental, recursos intelectuais e peso moral das camadas médias e superiores". Massa estúpida, ignorante e grosseira era a própria massa burguesa.

É bem verdade que em 1851 a França atravessara uma pequena crise comercial. Em fins de fevereiro registrou-se um declínio das exportações em comparação a 1850: em março o comércio experimentou um revés e as fábricas deixaram de trabalhar; em abril a situação dos departamentos industriais parecia tão desesperadora como depois das jornadas de fevereiro; em maio os negócios não tinham ainda tomado pé; em 28 de junho o ativo do Banco de França demonstrava, pelo enorme aumento dos depósitos e o decréscimo igualmente grande em adiantamentos contra letras de câmbio, que a

produção estava paralisada, e só em meados de outubro começou a produzir-se uma melhora progressiva nos negócios. A burguesia francesa atribuía essa paralisação do comércio a causas puramente políticas, à luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, à precariedade de uma forma provisória de governo, à aterradora perspectiva do segundo domingo de maio de 1852. Não negarei que todas essas circunstâncias exerciam um efeito deprimente em alguns ramos da indústria de Paris e dos Departamentos. Essa influência das condições políticas, contudo, era apenas local e sem importância. Será necessária outra prova disso além do fato de que a melhora do comércio produziu-se em meados de outubro, o momento preciso em que a situação política agravou-se, o horizonte político escureceu, e esperava-se a qualquer momento que caísse um raio do Eliseu? Quanto ao mais, o burguês francês, cuja "habilidade, conhecimento, intuição espiritual e recursos intelectuais" não ia além do próprio apêndice nasal, podia ter encontrado a causa de sua miséria comercial, durante todo o período da Exposição Industrial de Londres, diretamente diante do nariz. Enquanto na França as fábricas fechavam, na Inglaterra ocorriam falências comerciais. Enquanto em abril e maio o pânico industrial alcançou seu clímax na França, em abril e maio o pânico comercial atingiu seu clímax na Inglaterra. Os lanifícios ingleses atravessavam as mesmas dificuldades dos franceses, o mesmo acontecendo com a indústria da seda dos dois países. É bem verdade que os cotonifícios ingleses continuavam trabalhando, mas já não realizavam os lucros obtidos em 1849 e 1850. A única diferença era que na França a crise era industrial, ao passo que na Inglaterra era comercial; que enquanto na França as fábricas estavam paralisadas, na Inglaterra ampliavam sua capacidade, embora sob condições menos favoráveis do que nos anos precedentes; que a França eram as exportações, enquanto a Inglaterra eram as importações que haviam sido mais seriamente atingidas pela crise. A causa comum que, antítese, não deve ser procurada dentro dos limites do horizonte político francês, era evidente. Os anos de 1849 e 1850 foram os anos de maior prosperidade material e de uma superprodução que só se manifestou como tal em 1851. Esta superprodução em princípios desse ano recebeu novo e especial impulso com a perspectiva da Exposição Industrial. Registraram-se, ademais, as seguintes circunstâncias peculiares: primeiro a perda parcial da safra de algodão em 1850 e 1851, em seguida a certeza da obtenção de uma safra de algodão maior do que se esperava; primeiro a subida, em seguida a queda brusca, em suma, flutuações do preço do algodão. A safra de seda bruta, pelo menos na França tinha sido inferior à produção média. Finalmente, os lanifícios tinham-se expandido a tal ponto desde 1848 que a produção de lã não podia manter as normas de abastecimento, e o preço da lã em bruto subiu em completa desproporção ao preço dos artigos de lã. Já temos portanto aqui, a matéria-prima para três indústrias do mercado mundial, três motivos para uma paralisação do comércio. Independentemente dessas circunstâncias especiais, a crise aparente de 1851 não era nada mais do que a parada que a superprodução e a superespeculação invariavelmente provocam no ciclo industrial, antes de reunirem todas as suas forças a fim de se precipitarem febrilmente através da última fase desse ciclo e alcançarem mais uma vez o ponto de partida, a crise geral do comércio. Durante tais intervalos a história do comércio irrompem na Inglaterra as falências comerciais, ao passo que a França é a própria indústria que tem de se paralisar, em parte porque forçada a retroceder dada a concorrência dos ingleses que precisamente então começava a fazer-se intolerável em todos os mercados, e em parte por ser uma indústria de luxo, que deve preferentemente sofrer as consequências de toda crise

comercial. Portanto, além das crises gerais, a França experimenta crises comerciais internas, que são, não obstante, determinadas e condicionadas muito mais pelas condições gerais do mercado mundial do que por influências locais francesas. Não seria desinteressante estabelecer um confronto entre o discernimento do burguês inglês e o preconceito do burguês francês. Em seu relatório anual de 1851, uma das maiores firmas comerciais de Liverpool declara:

"Poucos anos têm desmentido de maneira tão cabal os prognósticos feitos em seu início como o ano que acaba de findar; em vez da grande prosperidade que era quase unanimemente esperada, este ano revelou-se um dos mais decepcionantes do último quarto de século - referimo-nos, antítese, às classes mercantis, e não às classes manufatureiras. não obstante, o começo do ano havia certamente motivos para esperar-se o contrário - os estoques de produtos eram moderados, o capital era abundante, os gêneros alimentícios baratos, bem assegurada uma colheita generosa, reinava completa paz o Continente, e o nosso país não experimentava quaisquer perturbações políticas ou fiscais; nunca, efetivamente, estiveram mais livres as asas do comércio... A que atribuir, então, esse resultado desastroso? Julgamos que ao excesso tanto das importações como das exportações. A menos que os nossos comerciantes estabeleçam maiores restrições a sua liberdade de ação, só um pânico trienal poderá deter-nos."

Imaginaí agora o burguês francês, o seu cérebro comercialmente enfermo, torturado a agonia desse pânico comercial, girando estonteado pelos boatos de golpes de Estado e de restauração do sufrágio universal, pela luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, pela guerra da Froda entre orleanistas e pelas conspirações comunistas no sul da França, pelas supostas *Jacqueries*²¹⁰ nos Departamentos de Nièvre e Cher, pela propaganda de diversos candidatos à presidência, pelas palavras de ordem dos jornais que lembravam os pregões de vendedores ambulantes, pelas ameaças dos republicanos de defender a Constituição e o sufrágio universal de armas a mão, pela pregação dos emigrados heróis *in partibus*, que anunciavam que o mundo se acabaria no segundo domingo de maio de 1852 - pensai em tudo isso e compreenderéis a razão pela qual em meio a essa incrível e estrepitosa confusão de revisão, fusão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, usurpação e revolução, o burguês berra furiosamente para a sua república parlamentar: "Ates um fim com terror, do que um terror sem fim".

Bonaparte compreendeu esse grito. Seu poder de compreensão se aguçara com a crescente turbulência de credores que viam em cada crepúsculo que tornava mais próximo o dia do vencimento, o segundo domingo de maio de 1852, um movimento dos astros protestando suas terrenas letras de câmbio. Tinham-se convertido em verdadeiros astrólogos. A Assembléia Nacional frustrara as esperanças de Bonaparte em uma prorrogação constitucional de seus poderes; a candidatura do príncipe de Joiville impedia maiores vacilações.

Se jamais houve um acontecimento que, muito antes de ocorrer, tivesse projetado diante de si a sua sombra, foi o golpe de Estado de Bonaparte. Já a 29 de janeiro de 1849, pouco mais de um mês depois de sua eleição, fizera a Changarier uma proposta nesse sentido. No verão de 1849, seu próprio primeiro-ministro, Odilon Barrot, denunciara veladamente a política de golpes de Estado; o inverno de 1850, Thiers fizera-o abertamente. Em maio de 1851, Persigny tentara novamente ganhar Changarier para o golpe; o *Messenger de l'Assemblée* publicara uma notícia sobre essas negociações. Os jornais

bonapartistas ameaçavam com um golpe de Estado cada vez que ocorria uma tempestade parlamentar, e tornavam-se mais agressivos à medida que a crise se aproximava. Nas orgias que Bonaparte celebrava todas as noites com a "escória" de ambos os sexos, quando se aproximava a meia-noite e as copiosas libações desatavam as línguas e aguçavam a imaginação, o golpe de Estado era marcado para a manhã seguinte. Desembainhavam-se as espadas, tilintavam as taças, representantes eram atirados pelas janelas, o manto imperial caía sobre os ombros de Bonaparte, até que o romper da aurora afugentava novamente o fantasma e Paris, estupefata, tornava a inteirar-se, pelas vestais pouco dadas a reticências e pelos paladinos indiscretos, do perigo de que tinha novamente escapado. Durante os meses de setembro e outubro os boatos de golpe de Estado sucediam-se rapidamente. Ao mesmo tempo a sombra ganhava cores, como um daguerreótipo iluminado. Consultai os números de setembro e outubro dos Órgãos da imprensa diária européia e encontrareis, palavra por palavra, intimidações como esta: "Paris está cheia de boatos sobre um golpe de Estado. Diz-se que a capital será tomada pelas tropas durante a noite, e que a manhã seguinte aparecerão os decretos de dissolução da Assembléia Nacional, declarando o Departamento do Sena sob estado de sítio, restaurando o sufrágio universal e apelando para o povo. Diz-se que Bonaparte anda em busca de ministros para porem em execução esses decretos ilegais." As correspondências que trazem essas notícias terminam sempre com a palavra fatal: "adiado". O golpe de Estado fora sempre a idéia fixa de Bonaparte. Com esta idéia em mente voltara a pisar o solo francês. Estava tão obcecado por ela que constantemente deixava-a transparecer. Estava tão fraco que, também constantemente, desistia dela. A sombra do golpe de Estado tornara-se tão familiar aos parisienses sob a forma de fantasma, que quando finalmente apareceu em carne e osso não queriam acreditar no que viam. O que permitiu, portanto, o êxito do golpe de Estado não foi nem a reserva reticente do chefe da Sociedade de 10 de Dezembro nem o fato de a Assembléia Nacional ter sido colhida de surpresa. Se teve êxito, foi apesar da indiscrição daquele e com o conhecimento antecipado desta - resultado necessário e inevitável de acontecimentos anteriores.

A 10 de outubro, Bonaparte comunicou a seus ministros sua decisão de restaurar o sufrágio universal; a 16, estes apresentaram suas renúncias; a 26, Paris teve conhecimento da formação do ministério Thorigy²¹¹. O Chefe de Polícia, Carlier²¹², foi simultaneamente substituído por Maupas²¹³; o chefe da Primeira Divisão Militar, Maga²¹⁴ concentrou na capital os regimentos mais leais. A 4 de novembro, a Assembléia Nacional reiniciou suas sessões. Não tinha nada melhor a fazer do que recapitular, em forma breve e sucinta, o curso pelo qual tinha passado, e provar que tinha sido enterrada apenas depois de sua morte.

O primeiro posto que perdera em sua luta contra o Poder Executivo fora o ministério. Teve que reconhecer solenemente essa derrota aceitando a autoridade do ministério Thorigy²¹⁵, um mero simulacro de gabinete. A Comissão Permanente recebera o Sr. Giraud²¹⁶ debaixo de risos, quando ele se apresentara como representante dos novos ministros. Um ministério tão fraco para medidas fortes como a restauração do sufrágio universal! O objetivo exato, porém, era não fazer passar nada no Parlamento, mas tudo contra o Parlamento.

No mesmo dia de sua reabertura a Assembléia Nacional recebeu a mensagem de Bonaparte na

qual ele exigia a restauração do sufrágio universal e a revogação da lei de 31 de maio de 1850. No mesmo dia seus ministros apresentaram um decreto nesse sentido. A Assembléia Nacional rejeitou imediatamente o pedido de urgência do ministério, e a 13 de novembro, rejeitou o projeto de lei por 355 votos contra 348. Rasgou, assim, seu mandato uma vez mais; uma vez mais confirmou o fato de que se transformara, de corpo de representantes livremente eleitos pelo povo, em Parlamento usurpador de uma classe; que cortara, ela mesma, os músculos que ligavam a cabeça parlamentar ao corpo da nação.

Se, com sua moção de restaurar o sufrágio universal, o Poder Executivo apelava da Assembléia Nacional para o povo, com sua Lei dos Questores, o Poder Legislativo apelou do povo para o exército. Essa Lei dos Questores devia estabelecer seu direito de requisitar tropas diretamente, de formar um exército parlamentar. Colocando assim o exército como árbitro entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecendo o exército o poder estatal decisivo, tinha que confirmar, por outro lado, o fato de que há muito tempo desistira de sua pretensão de domiar esse poder. Ao debater seu direito a requisitar tropas, em vez de requisitá-las imediatamente, deixava transparecer suas dúvidas quanto a seus próprios poderes. Ao rejeitar a Lei dos Questores confessou publicamente a sua impotência. Esse projeto foi derrotado, faltado a seus proponentes apenas 108 votos para obterem maioria. A Montanha, portanto, decidiu a questão. Viu-se a situação do asno de Burida, não porém, entre dois feixes de feno, com o problema de decidir qual dos dois era mais atraente, mas entre duas saraivadas de golpes com o problema de decidir qual era a mais violenta. De um lado havia o medo de Chagarier, do outro, o medo de Bonaparte. Tem-se que reconhecer que a situação nada tinha de heróica.

A 18 de novembro foi apresentada uma emenda à lei sobre as eleições municipais proposta pelo partido da ordem, o sentido de que em vez de três anos bastaria que os eleitores municipais tivessem um ano de domicílio. Essa emenda foi derrotada em discussão única, mas essa discussão única demonstrou logo ter sido um erro. Fragmentando-se em facções hostis o partido da ordem perdera há muito sua maioria parlamentar independente. Mostrou agora que já não havia maioria alguma no Parlamento. A Assembléia Nacional tornara-se incapaz de adotar acordos. Os átomos que a constituíram não mais se mantinham unidos por qualquer força de coesão; exalara seu último suspiro; estava morta.

Finalmente, poucos dias antes de catástrofe, a massa extraparlamentar da burguesia devia confirmar solenemente, uma vez mais, sua ruptura com a burguesia do Parlamento. Thiers que, como herói parlamentar estava mais contagiado do que os demais do mal incurável do cretinismo parlamentar, arquitetara juntamente com o Conselho de Estado, depois da morte do Parlamento, uma nova intriga parlamentar, unia Lei de Resposabilidades, com a qual se pretendia manter o presidente firmemente dentro dos limites da Constituição. Assim como a 15 de setembro, ao lançar a pedra fundamental do novo mercado de Paris, Bonaparte, como um segundo Masaniello²¹⁷, encantara as *dames des bales*, as mulheres do mercado - é verdade que uma delas representava, em poder efetivo, mais do que 17 burgraves; assim como depois da introdução da Lei dos Questores ele cativara os tenentes que regalava o Eliseu, assim, agora, a 25 de novembro, arrebatou a burguesia industrial, que se reunira no circo para receber de suas mãos medalhas de honra pela Exposição Industrial de Londres. Trascrverei aqui a parte significativa de seu discurso, segundo o Jornal *des Débats*:

"Diante de êxitos tão inesperados, creio que tenho razão de reiterar quão grande seria a República Francesa se lhe permitissem defender seus verdadeiros interesses e reformar suas instituições, ao invés de estar sendo constantemente perturbada, de um lado por demagogos, e de outro por alucinações monarquistas. (Fortes, estrondosos e repetidos aplausos de todos os lados do anfiteatro.) As alucinações monarquistas retardam todo o progresso e todos os ramos importantes da indústria. Em vez de progresso vê-se apenas luta. Vêm-se homens que eram antes os mais zelosos sustentáculos do poder e das prerrogativas reais tornarem-se partidários de uma Conveção com o propósito único de debilitar o poder que emanou do sufrágio universal. (Fortes e repetidos aplausos) Vemos os homens que mais sofreram com a Revolução, e que mais a deploraram, provocar uma nova revolução, e apenas para amordaçar a vontade da ação... Prometo-vos tranqüilidade para o future" etc. etc. (Bravo, bravo, uma tempestade de bravos.)

A burguesia industrial aclama assim, com aplausos abjetos, o golpe de Estado de 2 de dezembro, a aniquilação do Parlamento a queda de seu próprio domínio, a ditadura de Bonaparte. A trovada de aplausos de 25 de novembro teve sua resposta no troar dos canhões a 4 de dezembro, e foi na casa Sr. Salladrouze²¹⁸, um dos que mais aplaudira, que foi cair o maior número de bombas.

Cromwell, quando dissolveu o Parlamento Amplo, entrou sozinho na sala de sessões, puxou o relógio a fim de que tudo acabasse no minuto exato que havia fixado e expulsou os membros do Parlamento um por um com insultos hilariantes e humorísticos. Napoleão, de estatura menor que seu modelo, apresentou-se pelo menos perante o Poder Legislativo no 18 Brumário e embora com voz embargada, leu para a Assembléia sua sentença de morte. O segundo Bonaparte, que, ademais, dispunha de um Poder Executivo muito diferente do de Cromwell ou do de Napoleão, buscou seu modelo não nos anais da história do mundo, mas nos anais da Sociedade de 10 de Dezembro, nos anais dos tribunais criminais. Rouba 25 milhões de francos ao Banco de França, compra o general Maga com 1 milhão, os soldados por 15 francos cada um e um pouco de aguardente, reúne-se secretamente com seus cúmplices, como um ladrão, na calada da noite, ordena que sejam assaltadas as residências dos dirigentes parlamentares mais perigosos e que Cavaignac, Lamoricière²¹⁹, Le Flô, Changarier, Charras²²⁰, Thiers, Baze²²¹ etc. sejam arrancados de seus leitos, que as principais praças de Paris e o edifício do Parlamento sejam ocupados pelas tropas e que cartazes escandalosos sejam colocados ao romper do dia nos muros de Paris proclamando a dissolução da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e colocando o Departamento do Sena sob estado de sítio. Da mesma maneira manda inserir pouco depois o Moniteur um documento falso afirmando que parlamentares influentes se haviam agrupado em torno dele em um Conselho de Estado.

O Parlamento acéfalo, reunido no edifício da maine do décimo distrito e consistindo principalmente de legitimistas e orleanistas, vota a deposição de Bonaparte entre repetidos gritos de "Viva a República", arenga em vão a multidão curiosa congregada diante do edifício e é finalmente conduzido, sob a custódia de atiradores de precisão africanos, primeiro para o quartel *d'Orsay* e em seguida, amontoado em carros celulares, é transportado para as penitenciárias de Mazas, Ham e Vincennes. Assim terminaram o partido da ordem, a Assembléia Legislativa e a Revolução de Fevereiro. Antes de passar rapidamente às conclusões, façamos um breve resumo de sua história:

I - Primeiro Período: De 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848. Período de Fevereiro. Prólogo. Comédia da confraterização geral.

II - Segundo Período: Período de Constituição da república e da Assembléia Nacional Constituinte.

1. De 4 de maio a 25 de junho de 1848. Luta de todas as classes contra o proletariado. Derrota do proletariado nas jornadas de junho.

2. De 25 de junho a 10 de dezembro de 1848. Ditadura dos republicanos burgueses puros. Elaboração do projeto da Constituição. Proclamação do estado de sítio em Paris. A ditadura burguesa é posta à margem a 10 de dezembro com a eleição de Bonaparte para presidente.

3. De 20 de dezembro de 1848 a 28 de maio de 1849. Luta da Assembléia Constituinte contra Bonaparte e contra o partido da ordem, aliado a Bonaparte. Fim da Assembléia Constituinte. Queda da burguesia republicana.

III- Terceiro Período: Período da república Constitucional da Assembléia Legislativa Nacional.

1. De 28 de maio de 1849 a 13 de junho de 1849. Luta da pequena burguesia contra a burguesia e contra Bonaparte. Derrota da democracia pequeno-burguesa.

2. De 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850. Ditadura parlamentar do partido da ordem. Completa seu domínio com a abolição do sufrágio universal, mas perde o ministério parlamentar.

3. De 31 de maio de 1850 a 2 de dezembro de 1851. Luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte.

a) De 31 de maio de 1850 a 12 de janeiro de 1851. O Parlamento perde o controle supremo do exército.

b) De 12 de janeiro a 11 de abril de 1851. Leva a pior em suas tentativas de recuperar o poder administrativo. O partido da ordem perde sua maioria parlamentar independente. Sua aliança com os republicanos e a Montanha.

c) De 11 de abril de 1851 a 9 de outubro de 1851. Tentativas de revisão, fusão, prorrogação. O partido da ordem se decompõe em suas partes integrantes. Torna-se definitiva a ruptura do Parlamento burguês e da imprensa burguesa com a massa da burguesia.

d) De 9 de outubro a 2 de dezembro de 1851. Fraca ruptura do Parlamento com o Poder Executivo. O Parlamento cosuma seu derradeiro ato e sucumbe, abandonado por sua própria classe, pelo exército e por todas as demais classes. Fim do regime parlamentar e do domínio burguês. Vitória de Bonaparte. Paródia de restauração do império.

Capítulo VII

No umbral da Revolução de Fevereiro, a república social apareceu como uma frase, como uma profecia. Nas jornadas de junho de 1848 foi afogada no sangue do proletariado de Paris, mas ronda os subseqüentes atos da peça como um fantasma. A república democrática anuncia o seu advento. A 13 de junho de 1849 é dispersada juntamente com sua pequena burguesia, que se pôs em fuga, mas que na corrida se vangloria com redobrada arrogância. A república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; goza a vida em toda a sua plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra

sob o acompanhamento do grito de agonia dos monarquistas coligados: "Viva a República!"

A burguesia francesa rebelou-se contra o domínio do proletariado trabalhador; levou ao poder o lúmpen proletariado tendo à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro. A burguesia conservava a França resfolegando de pavor ante os futuros terrores da anarquia vermelha; Bonaparte descontou para ela esse futuro quando, a 4 de dezembro, fez com que o exército da ordem, inspirado pela aguardente, fuzilasse em suas janelas os eminentes burgueses do *Bulevar Montmartre* e do *Bulevar des Itálias*. A burguesia fez a apoteose da espada; a espada a domina. Destruiu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob a vigilância da polícia; seus salões estão sob a Guarda Nacional democrática; sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Impôs o estado de sítio; o estado de sítio foi-lhe imposto. Substituiu os júris por comissões militares; seus júris são substituídos por comissões militares. Submeteu a enunciação pública ao domínio dos padres; os padres submetem-na à educação deles. Desterrou pessoas sem julgamento; está sendo desterrada sem julgamento. Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado; todos os movimentos de sua sociedade são reprimidos pelo poder do Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: *Fuge, tace, quiesce!* (Foge, cala, sossega!) Agora é Bonaparte que grita à burguesia: *Fuge, tace, quiesce!*

A burguesia francesa há muito encontrara a solução para o dilema de Napoleão: *Dans cinquante ans l'Europe sera republicaine ou cosaque!*(26) Encontrara a solução a république cosaque. nenhuma Circe²²², por meio de encantamentos, transformara a obra de arte que era a república burguesa, em um monstro. A república não perdeu senão a aparência de respeitabilidade. A França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar. Faltava apenas um golpe de baioneta para que a bolha arrebentasse e o monstro saltasse diante dos ossos olhos.

Por que o proletariado de Paris não se revoltou depois de 2 de dezembro?

A queda da burguesia mal fora decretada; o decreto ainda não tinha sido executado. Qualquer insurreição séria do proletariado teria imediatamente instilado vida nova à burguesia, a teria reconciliado com o exército e assegurado aos operários uma segunda derrota de junho.

A 4 de dezembro, o proletariado foi incitado à luta por burgueses e vendeiros. Naquela noite, várias legiões da Guarda Nacional prometeram aparecer, armadas e uniformizadas a cena da luta. Burgueses e vendeiros tinham tido notícia de que, em um de seus decretos de 2 de dezembro, Bonaparte abolira o voto secreto e ordenava que marcassem "sim" ou "não", adiante de seus nomes, os registros oficiais. A resistência de 4 de dezembro intimidou Bonaparte. Durante a noite mandou que fossem colocados cartazes em todas as esquinas de Paris, anunciando a restauração do voto secreto. O burguês e o vendeiro imaginaram que haviam alcançado seu objetivo. Os que deixaram de comparecer na manhã seguinte foram o burguês e o vendeiro.

Por meio de um *coup de main* durante a noite de 1º para 2 de dezembro Bonaparte despojara o proletariado de Paris de seus dirigentes, os comandantes das barricadas. Um exército sem oficiais, avesso a

lutar sob a bandeira dos montagnards devido às recordações de junho de 1848 e 1849 e maio de 1850, deixou à sua vanguarda, as sociedades secretas, a tarefa de salvar a hora insurrecional de Paris. Esta Paris, a burguesia a abandonara tão passivamente à soldadesca, que Bonaparte pôde mais tarde apresentar zombeteiramente como pretexto para desarmar a Guarda Nacional o medo de que suas armas fossem voltadas contra ela própria pelos anarquistas!

C'est le triomphe complet et définitif du Socialisme! Assim caracterizou Guizot²²³ o 2 de dezembro. Mas se a derrocada da república parlamentar encerra em si o germe da vitória da revolução proletária, seu resultado imediato e palpável foi a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, da força sem frases sobre a força das frases. No Parlamento a ação tornou a lei a sua vontade geral, isto é, tornou sua vontade geral a lei da classe dominante. Renuncia, agora, até no Poder Executivo, a toda vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha, curva-se diante da autoridade. O Poder Executivo, em contraste com o Poder Legislativo, expressa a heteronomia de uma ação, em contraste com sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil.

Mas a revolução é profunda. Ainda está passando pelo purgatório. Executa metodicamente a sua tarefa. A 2 de dezembro concluíra a metade de seu trabalho preparatório; conclui agora a outra metade. Primeiro aperfeiçoou o poder do Parlamento, a fim de poder derrubá-lo. Uma vez conseguido isso, aperfeiçoa o Poder Executivo, o reduz a sua expressão mais pura, isola-o, lança-o contra si próprio como o único alvo, a fim de concentrar todas as suas forças de destruição contra ele. E quando tiver concluído essa segunda metade de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará de um salto e exclamará exultante: Belo trabalho, minha boa toupeira!

Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, o plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica. A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes - locais, territoriais, urbanos e provinciais - a fim de estabelecer a unificação civil da ação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo no âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse

comum (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza Nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a destruir²²⁴. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio.

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que deve ser constantemente recheada de salsichas. Daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada.

E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzelle*) camponeses.

Assim como os Bourbons representavam a grande propriedade territorial e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonapartes²²⁵ são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. O eleito do campesinato não é o Bonaparte que se curvou ao Parlamento burguês, mas o Bonaparte que o dissolveu. Durante três anos as cidades haviam conseguido falsificar o significado da eleição de 10 de dezembro e roubar aos camponeses a restauração do Império. A eleição de 10 de dezembro de 1848 só se consumou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da ação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que

batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação Nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.

A tradição histórica originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada. E surgiu um indivíduo que se faz passar por esse homem porque carrega o nome de Napoleão, em virtude do *Code Napoléon*, que estabelece: *La recherche de la paternité est interdite*. Depois de 20 anos de vagabundagem e depois de uma série de aventuras grotescas, a lenda se consuma e o homem se torna imperador dos franceses. A idéia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a idéia fixa da classe mais numerosa do povo francês.

Mas, pode-se objetar: e os levantes camponeses a metade da França, as investidas do exército contra os camponeses, as prisões e deportações em massa de camponeses?

A França não experimentara, desde Luís XIV, uma semelhante perseguição de camponeses "por motivos demagógicos".

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, na pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènes, mas a sua moderna Vedène.

Os três anos de rigoroso domínio da república parlamentar haviam libertado uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica, revolucionando-os ainda que apenas superficialmente; mas os burgueses reprimiam-nos violentamente, cada vez que se punham em movimento. Sob a república parlamentar a consciência moderna e a consciência tradicional do camponês francês disputaram a supremacia. Esse progresso tomou a forma de uma luta incessante entre os mestres-escola e os padres. A burguesia derrotou os mestres-escola. Pela primeira vez os camponeses fizeram esforços para se comportarem independentemente em face da atuação do governo. Isto se manifestava no conflito contínuo

entre os maires e os prefeitos. A burguesia depôs os maires. Finalmente, durante o período da república parlamentar, os camponeses de diversas localidades levantaram-se contra sua própria obra, o exército. A burguesia castigou-os com estados de sítio e expedições punitivas. E essa mesma burguesia clama agora contra a estupidez das massas, contra a *ville multitude* que a traiu em favor de Bonaparte. Ela própria forçou a consolidação das simpatias do campesinato pelo Império e manteve as condições que originam essa religião camponesa. A burguesia, é bem verdade, deve forçosamente temer a estupidez das massas enquanto essas se mantêm conservadoras, assim como a sua clarividência, tão logo se tornam revolucionárias.

Nos levantes ocorridos depois do golpe de Estado parte dos camponeses franceses protestou de armas a mão contra o resultado de seu próprio voto a 10 de dezembro de 1848. A experiência adquirida desde aquela data abriu-lhes os olhos. Mas tinham entregado a alma às forças infernais da história; a história obrigou-os a manter a palavra empenhada, e a maioria estava ainda tão cheia de preconceitos que justamente nos Departamentos mais vermelhos a população camponesa votou abertamente em favor de Bonaparte. Em sua opinião a Assembléia Nacional impedira a marcha de Bonaparte. Este limitara-se agora a romper as cadeias que as cidades haviam imposto à vontade do campo. Em algumas localidades os camponeses chegaram a abrigar a idéia ridícula de uma Conveção lado a lado com Napoleão.

Depois que a primeira Revolução transformara os camponeses de semi-servidão em proprietários livres, Napoleão confirmou e regulamentou as condições sob as quais podiam dedicar-se à exploração do solo francês que acabava de lhes ser distribuído e saciar sua ânsia juvenil de propriedade. Mas o que, agora, provoca a ruína do camponês francês é precisamente a própria pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França; justamente as condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário, e Napoleão em imperador. Duas gerações bastaram para produzir o resultado inevitável: o arruinamento progressivo da agricultura, o endividamento progressivo do agricultor. A forma "napoleônica" de propriedade, que no princípio do século XIX constituía a condição para libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei da sua escravização e pauperização. E esta, precisamente, é a primeira das *idéés napoléoniées* que o segundo Bonaparte tem que defender. Se ele ainda compartilha com os camponeses a ilusão de que a causa da ruína deve ser procurada, não na pequena propriedade em si, mas fora dela, a influência de circunstâncias secundárias, suas experiências arrebentarão como bolhas de sabão quando entrarem em contato com as relações de produção.

O desenvolvimento econômico da pequena propriedade modificou radicalmente a relação dos camponeses para com as demais classes da sociedade. Sob Napoleão a fragmentação da terra rio interior suplementava a livre concorrência e o começo da grande indústria nas cidades. O campesinato era o protesto ubíquo contra a aristocracia dos senhores de terra que acabara de ser derrubada. As raízes que a pequena propriedade estabeleceu no solo francês privaram o feudalismo de qualquer meio de subsistência. Seus marcos formavam as fortificações naturais da burguesia contra qualquer ataque de surpresa por parte de seus antigos senhores. Mas no decorrer do século XIX, os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos; o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca; a aristocrática

propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês. A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder. A dívida hipotecária que pesa sobre o solo francês impõe ao campesinato o pagamento de uma soma de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida nacional britânica. A pequena propriedade, essa escravização ao capital a que seu desenvolvimento inevitavelmente conduz, transformou a massa da ação francesa em trogloditas. Dezesseis milhões de camponeses (inclusive mulheres e crianças) vivem em antros, a maioria dos quais só dispõe de uma abertura, outros apenas duas e os mais favorecidos apenas três. E as janelas são para uma casa o que os cinco sentidos são para a cabeça. A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital. O *Code Napoléon* já não é mais do que um código de arrestos, vendas forçadas e leilões obrigatórios. Aos 4 milhões (inclusive crianças etc.), oficialmente reconhecidos, de mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas da França devem ser somados 5 milhões que pairam à margem da vida e que ou têm seu pouso no próprio campo ou, com seus molambos e seus filhos, constantemente abandonam o campo pelas cidades e as cidades pelo campo. Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês. Mas o governo forte e absoluto - e esta é a segunda *idée Napoléonnie* que o segundo Napoleão tem que executar - é chamado a defender pela força essa ordem "material". Essa *ordre matériel* serve também de mote em todas as proclamações de Bonaparte contra os camponeses rebeldes.

Além da hipoteca que lhe é imposta pelo capital, a pequena propriedade está ainda sobrecarregada de impostos. Os impostos são a fonte de vida da burocracia, do exército, dos padres e da corte, em suma, de toda a máquina do Poder Executivo. Governo forte e impostos fortes são coisas idênticas. Por sua própria natureza a pequena propriedade forma uma base adequada a uma burguesia todo-poderosa e inumerável. Cria um nível uniforme de relações e de pessoas sobre toda a superfície do país. Dai permitir também a influência de uma pressão uniforme, exercida de um centro supremo, sobre todos os pontos dessa massa uniforme. Aniquila as gradações intermediárias da aristocracia entre a massa do povo e o poder do Estado. Provoca, portanto, de todos os lados, a ingerência direta desse poder do Estado e a interposição de seus órgãos imediatos. Finalmente, produz um excesso de desempregados para os quais não há lugar nem no campo nem nas cidades, e que tentam, portanto, obter postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável, provocando a criação de postos do governo. Com os novos mercados que abriu a ponta de baioneta, com a pilhagem do Continente, Napoleão devolveu com juros os impostos compulsórios. Esses impostos serviam de incentivo à laboriosidade dos camponeses, ao passo que agora despojam seu trabalho de seus últimos recursos e completam sua incapacidade de resistir ao pauperismo. E uma vasta burguesia, bem egalanada e bem alimentada, é a *idée napoleoniënne* mais do agrado do segundo Bonaparte. Como poderia ser de outra maneira, visto que ao lado das classes existentes na sociedade ele é forçado a criar uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime se transforma

em uma questão de subsistência? Uma das suas primeiras operações financeiras, portanto, foi elevar os salários dos funcionários ao nível anterior e criar novas sinecuras.

Outra *idée napoléonnee* é o domínio dos padres como instrumento de governo. Mas em sua harmonia com a sociedade, em sua dependência das forças naturais e em sua submissão à autoridade que a protegia de cima, a pequena propriedade recém-criada era antítese religiosa, a pequena propriedade arruinada pelas dívidas em fraca divergência com a sociedade e com a autoridade e impelida para além de suas limitações torna-se antítese irreligiosa. O céu era um acréscimo bastante agradável à estreita faixa de terra recém-adquirida, tanto mais quanto dele dependiam as condições meteorológicas; mas se converte em insulto assim que se tenta impingi-lo como substituto da pequena propriedade. O padre aparece então como mero mastim ungido da polícia terrena - outra *idée Napoléonnie*. Da próxima vez a expedição contra Roma terá lugar na própria França, mas em sentido oposto ao do Sr. de Montalembert²²⁶.

Finalmente, o ponto culminante das *idées napoléonnes* é a preponderância do exército. O exército era o *point d'honneur* dos pequenos camponeses, eram eles próprios transformados em heróis, defendendo suas novas propriedades contra o mundo exterior, glorificando sua Nacionalidade recém-adquirida, pilhando e revolucionando o mundo. A farda era seu manto de poder; a guerra a sua poesia; a pequena propriedade, ampliada e alargada na imaginação, na sua pátria, e no patriotismo a forma ideal do sentimento da propriedade. Mas os inimigos contra os quais o camponês francês tem agora que defender sua propriedade não são os cossacos; são os huissers e os agentes do fisco. A pequena propriedade não mais está abrangida no que se chama pátria, e sim no registro das hipotecas. O próprio exército já não é a flor da juventude camponesa; é a flor do pântano do lumpen proletariado camponês. Consiste em grande parte em *remplaçants*, em substitutos, do mesmo modo por que o próprio Bonaparte é apenas um *remplaçant*, um substituto de Napoleão. Seus feitos heróicos consistem agora em caçar camponeses em massa, com antílopes, em servir de gendarme, e se as contradições iternas de seu sistema expulsarem o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro para fora das fronteiras da França, seu exército, depois de alguns atos de banditismo, colherá não louros, mas açoites.

Como vemos: todas as *idées napoléoniennes* são idéias da pequena propriedade, incipiente, no frescor da juventude, para a pequena propriedade a fase da velhice constituem um absurdo. Não passam de alucinações de sua agonia, palavras que são transformadas em frases, espíritos transformados em fantasmas. Mas a paródia do império era necessária para libertar a massa da ação francesa do peso da tradição e para desenvolver em forma pura a oposição entre o poder do Estado e a sociedade Com a mina progressiva da pequena propriedade, desmorona-se a estrutura do Estado erigida sobre ela A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das minas da maquina governamental burocrático-militar forjada em oposição ao feudalismo.

A situação dos camponeses franceses nos fornece a resposta ao enigma das eleições de 20 e 21 de dezembro, que levaram o segundo Bonaparte ao topo do Monte Sinai, não para receber leis mas para ditá-las.

Evidentemente a burguesia não tinha agora outro jeito senão eleger Bonaparte Quando os puritanos, o Concílio de Costança, queixavam-se da vida dissoluta a que se entregavam os papas e se

afligiam sobre a necessidade de uma reforma moral, o cardeal Pierre d'Ailly²²⁷ bradou-lhes com veemência 'Quando só o próprio demônio pode ainda salvar a Igreja Católica, vos apela para os anjos. De maneira semelhante, depois do golpe ele Estado, a burguesia francesa gritava: só o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a família; a desordem, a ordem!

Como autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão salvaguardar "a ordem burguesa". Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média. Ele se afirma, portanto, como representante da classe média, e promulga decretos nesse sentido. Não obstante, ele só é alguém devido ao fato de ter quebrado o poder político dessa classe média e de quebrá-lo novamente todos os dias. Consequentemente, afirma-se como o adversário do poder político e literário da classe média. Mas ao proteger seu poder material, gera novamente o seu poder político. A causa deve, portanto, ser mantida viva; o efeito, porém, onde se manifesta, tem que ser liquidado. Mas isso não pode se dar sem ligeiras confusões de causa e efeito, pois em sua mútua influência ambos perdem suas características distintivas. Daí, novos decretos que apagam a linha divisória. Diante da burguesia Bonaparte se considera ao mesmo tempo representante dos camponeses e do povo em geral, que deseja tornar as classes mais baixas do povo felizes dentro da estrutura da sociedade burguesa. Daí novos decretos que roubam de antemão aos "verdadeiros socialistas" sua arte de governar. Mas acima de tudo, Bonaparte considera-se o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, representante do lumpem proletariado a que pertencem ele próprio, seu *entourage*, seu governo e seu exército, e cujo interesse primordial é colher benefícios e retirar prêmios da loteria da Califórnia do tesouro do Estado. E sustenta sua posição de chefe da Sociedade de 10 de Dezembro com decretos, sem decretos e apesar dos decretos.

Essa tarefa contraditória do homem explica as contradições do seu governo, esse cofuso tatear que ora procura conquistar, ora humilhar, primeiro uma classe depois outra e alinha todas elas uniformemente contra ele, essa insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio.

A indústria e o comércio, e, portanto, os negócios da classe média, deverão prosperar em estilo de estufa sob o governo forte. São feitas inúmeras concessões ferroviárias. Mas o lumpem proletariado bonapartista tem que enriquecer. Os iniciados fazem *tripotage* a Bolsa com as concessões ferroviárias. Obriga-se ao Banco a conceder adiantamentos contra ações ferroviárias. Mas o Banco tem ao mesmo tempo que ser explorado para fins pessoais, e tem portanto que ser bajulado. Dispensa-se o Banco da obrigação de publicar relatórios semanais. Acordo leonino do Banco com o governo. É preciso dar trabalho ao povo. Obras públicas são iniciadas. Mas as obras públicas aumentam os encargos do povo o que diz respeito a impostos. Reduzem-se, portanto, as taxas mediante um massacre sobre os *rentiers*, mediante a conversão de títulos de 5% em títulos de 4,5%. Mas a classe média tem mais uma vez que receber um *douceur*. Duplica-se, portanto, o imposto do vinho para o povo, que o adquire *en détail*, e reduz-se à metade o imposto do vinho para a classe média, que a bebe *en gros*. As uniões operárias existentes são dissolvidas, mas prometem-se milagres de união para o futuro. Os camponeses têm que ser auxiliados. Bancos hipotecários que facilitam o seu endividamento e aceleram a concentração da propriedade. Mas

esses bancos devem ser utilizados para tirar dinheiro das propriedades confiscadas à Casa de Orléans. Nenhum capitalista que concordar com essa condição, que não consta do decreto, e o Banco hipotecário fica reduzido a um mero decreto etc. etc.

Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra. Assim como o tempo da Fronda dizia-se do duque de Guise²²⁸ que ele era o homem mais obligeant da França porque covertera todas as suas propriedades em compromissos de seus partidários para com ele, Bonaparte queria passar como o homem mais obligeant da França e transformar toda a propriedade, todo o trabalho da França em obrigação pessoal para com ele. Gostaria de roubar a França inteira a fim poder entregá-la de presente à França, ou melhor, a fim de poder comprar novamente a França com dinheiro francês, pois como chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, tem que comprar o que devia pertencer-lhe. E todas as instituições do Estado, o Senado, o Conselho de Estado, o Legislativo, a Legião de Honra, as medalhas dos soldados, os banheiros públicos, os serviços de utilidade pública, as estradas de ferro, o *état major* da Guarda Nacional com a exceção das praças, e as propriedades confiscadas à Casa de Orléans tudo se torna parte da instituição do suborno. Todo posto do exército ou na máquina do Estado converte-se em meio de suborno. Mas a característica mais importante desse processo, pelo qual a França é tomada para que lhe possa ser entregue novamente, são as porcentagens que vão ter aos bolsos do chefe e dos membros da Sociedade de 10 de Dezembro durante a transação. O epigrama com o qual a condessa L., amante do Sr. de Mory²²⁹, caracterizou o confisco das propriedades da Casa de Orléans (*C'est le premier vol, de l'aigle*) pode ser aplicado a todos os vôos desta águia, que mais se assemelha a um abutre. Tanto ele como seus adeptos gritam diariamente uns para os outros, como aquele cartuxo italiano que admoestava o avarento que, com ostentação, contava os bens que ainda poderiam sustentá-lo por muitos anos: *Tu fai conto sopra i beni, bisogna prima far il conto sopra gli anni*. Temendo se enganarem o cômputo dos anos, contam os minutos. Um bando de patifes abre caminho para si a corte, os ministérios, os altos postos do governo e do exército, uma malta cujos melhores elementos, é preciso que se diga, ninguém sabe de onde vieram, uma *bohème* barulhenta, desmoralizada e rapace, que se enfia as túnicas guarnecidas de alamares com a mesma dignidade grotesca dos altos dignitários de Soulouque²³⁰. Pode-se fazer uma idéia perfeita dessa alta camada da Sociedade de 10 de Dezembro quando se reflete que Véron²³¹-Crevel²³² é o seu moralista e Granier²³³ de Cassagnac o seu pensador. Quando Guizot²³⁴, durante o seu ministério, utilizou-se desse Graier em um jornaleco dirigido contra a oposição dinástica, costumava exaltá-lo com esta tirada: *C'est le roi des drôles*, "é o rei dos palhaços". Seria injusto recordar a Regência ou Luís XV com referência à corte de Luís Bonaparte ou a sua camarilha. Pois "a França já tem passado com freqüência por um governo de favoritas; más nunca antes por um governo de *hommes entreteus*".

Impelido pelas exigências contraditórias de sua situação e estado ao mesmo tempo, como um prestidigitador, ante a necessidade de manter os olhares do público fixados sobre ele, como substituto de Napoleão, por meio de surpresas constantes, isto é, ante a necessidade de executar diariamente um golpe de Estado em miniatura, Bonaparte lança a confusão em toda a economia burguesa, viola tudo que parecia inviolável à Revolução de 1848, torna alguns tolerates em face da revolução, outros desejosos de revolução, e produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem, ao mesmo tempo que despoja de seu

halo toda a máquina do Estado, profana-a e torna-a ao mesmo tempo desprezível e ridícula. O culto do Manto Sagrado de Treves ele o repete em Paris sob a forma do culto ao manto imperial de Napoleão. Mas quando o manto imperial cair finalmente sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão ruirá do topo da Coluna Vendôme.

Notas

- ¹⁸⁰ **Escrito em:** 1851-1852 **1ª Edição:** "Die Revolutio", Primavera de 1852. **Origem da presente transcrição:** gentilmente cedida pela redacção de "O Vermelho" **Origem dos prefácios, notas e índices:** gentilmente cedidos por "Edições «Avante!»": "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. **HTML** por José Braz para Marxists Internet Archive, 2003. Reproduzido de: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. I: Marxist Internet Archives.** Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> Acesso em: 28.07.2016
- ¹⁸¹ Maugui, François (1785-1854): jurista francês, antes de 1848 foi um dos chefes da oposição diástica liberal; durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa.
- ¹⁸² Rouher, Eugène (1814-1884): estadista francês, bonapartista, ministro da Justiça (1849-1852, com intervalos).
- ¹⁸³ Girardi, Delphine de (1804-1855): escritora francesa, esposa de Emile de Girardi.
- ¹⁸⁴ Saint-Jean d'Agéty: ver Regault de Saint-Jean d'Agéty. Regault de Saint-Jean d'Agéty, Auguste Michel Etiee, conde de (1794-1870): general francês, bonapartista, ministro da Guerra (Janeiro de 1851).
- ¹⁸⁵ Perrot, Bejami Pierre (1791-1865): general francês, em 1848 participou o esmagamento da insurreição de Junho; em 1849 comandou a Guarda Nacional de Paris.
- ¹⁸⁶ Rémusat, Charles François Marie, conde (1797-1875): estadista e escritor francês, orleanista, ministro do Interior (1840), ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-1873).
- ¹⁸⁷ Motalembert, Charles (1810-1870): publicista francês, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa, orleanista, chefe do partido católico.
- ¹⁸⁸ A expressão cretinismo parlamentar, que se encontra mais de uma vez as obras de Léie, foi usada por K. Marx (vide, por exemplo, o Dezoito Brumário) e F. Engels. V. I. Léie aplicava esta expressão aos oportunistas, que consideravam que o sistema parlamentar é onipotente, e a actividade parlamentar a única e principal forma de luta política em todas as condições.
- ¹⁸⁹ **Vaisse, Claude Marius** (1799-1864): Estadista francês, bonapartista; ministro do Interior (Janeiro-Abril de 1851).
- ¹⁹⁰ Lamartine, Alphonse (1790-1869): poeta, historiador e político francês; em 1848 foi ministro dos Negócios Estrangeiros e, de facto, chefe do Governo provisório.
- ¹⁹¹ Billaut, Auguste Adolphe Marie (1805-1863): político francês, [orleanista](#), bonapartista a partir de 1849, membro da Assembleia Constituinte (1848-1849); ministro do Interior (1854-1858).
- ¹⁹² Vatimesil, Atoie (1789-1860): político francês, legitimista, deputado à Assembleia Legislativa (1849-1851).
- ¹⁹³ Beois d'Azy, Deis (1796-1880): político e fiaceiro francês; vice-presidente da Assembleia Legislativa (1849-1851), e [legitimista](#).
- ¹⁹⁴ Maleville, Léo (1803-1879): político francês, orleanista, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa, ministro do Interior (Segunda metade de Dezembro de 1848).
- ¹⁹⁵ Agesilau (cerca de 442-cerca de 358 a. . e.): rei de Esparta (cerca de 399-cerca de 358 a. . e.).
- ¹⁹⁶ (1452-1485): Rei de Inglaterra (1483-1485).
- ¹⁹⁷ Chambord, Heri Charles, conde de (1820-1883): último representante do ramo principal dos Bourbons, eto de Carlos X, pretendente ao trono francês sob o nome de Henrique V.
- ¹⁹⁸ Salvady, arcisse Achille, conde de (1795-1856): estadista e escritor francês, orleanista, ministro da Ednuncação (1837-1839 e 1845-1848).
- ²⁰⁰ **Berryer, Pierre Atoie** (1790-1868): Advogado e político francês, Foi, durante a monarquia de julho, o porta-voz dos legitimistas. Deputado à Assembleia Constituinte em 1848, sustentou ela que o direito divino dos reis não deve ser submetido ao sufrágio universal. Permaneceu fiel ao princípio da legitimidade até a morte.
- ²⁰¹ Saint-Priest, Emmanuel Louis Marie, visconde de (1789-1881): general e diplomata francês, legitimista, deputado à Assembleia Legislativa (1849-1851).
- ²⁰² Joiville, François Ferdiad Philippe Louis Marie, duque de Orleães, príncipe (1818-1900): filho de Luis Filipe, depois da vitória da revolução de Fevereiro de 1848 emigrou para a Inglaterra.
- ²⁰³ Baze, Jean Didier (1800-1881): advogado e político francês, [orleanista](#).
- ²⁰⁴ Villèle, Jean Baptiste Séraphi Joseph (1773-1854): estadista francês, legitimista, primeiro-ministro (1822-1828).
- ²⁰⁵ Poligac, Auguste Jules Armand Marie, príncipe (1780-1847): estadista francês, legitimista e clerical, ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe do conselho de ministros (1829-1830).

- ²⁰⁶ Broglie, Achille Charles (1785-1870): estadista francês, primeiro-ministro (1835-1836), deputado à Assembleia Legislativa (1849-1851), orleanista.
- ²⁰⁷ La Rochejaquelei, Heri Auguste Georges, marquês de (1805-1867): político francês, um dos dirigentes do partido legitimista, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa.
- ²⁰⁸ Tocqueville, Alexis (1805-1859): historiador e político francês, legitimista, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa, ministro dos Negócios Estrangeiros (Junho-Outubro de 1849).
- ²⁰⁹ Maga, Berard Pierre (1791-1865): marechal francês, bonapartista; um dos orgaizadores do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.
- ²¹⁰ Jacquerie. Isurreição camponesa o Beauvaisis (França), em 1358. Causas: impopularidade da nobreza depois da derrota de Poitiers (1356) e a miséria provocada pela Guerra dos Cem Anos os campos abandonados à pilhagem da soldadesca. Começou com icédios a castelos da região de Compiègne. Em Paris, tetou-se a aliança à "Jacquerie". o etanto os "Jacques" (de "Jacques Bohomme", alcuha desdehosa que a nobreza dava aos camponeses) foram vencidos pelos obres chefiados por Carlos "o Mau" e o líder isurrecto, Guilherme Carlos (ou Cale), foi decapitado. Julga-se que milhares de camponeses foram mortos a sequêcia da repressão.
- ²¹¹ Thorigy, Pierre François Elisabeth (1798-1869): jurista francês, em 1834 istruiu a causa dos participates a isurreição de Abril de Lião; bonapartista, ministro do Interior (1851).
- ²¹² Carlier, Pierre (1799-1858): Prefeito da polícia de Paris (1849-1851), bonapartista.
- ²¹³ Maupas, Charlemagne Emile (1818-1888): advogado francês, bonapartista, prefeito da polícia de Paris (1851), um dos orgaizadores do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, ministro da Polícia (1852-1853).
- ²¹⁴ Maga, Berard Pierre (1791-1865): Marechal francês, bonapartista; um dos orgaizadores do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851. Em virtude da sua atuação a repressão à isurreição de Lio, Marx o chamou de "vecedor de Lyo". E, também, por sua repressão ao movimeto que eclodiu em Paris, em cosequêcia do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, Marx o chamou de o "herói das jornadas de dezembro".
- ²¹⁵ Thorigy, Pierre François Elisabeth (1798-1869): Jurista francês, em 1834 istruiu a causa dos participates a isurreição de Abril de Lião; bonapartista, ministro do Interior (1851).
- ²¹⁶ Giraud, Charles Joseph Barthélemy (1802-1881): jurista francês, moárquico, ministro da Ednunção (1851).
- ²¹⁷ Masaiello (Tomaso Aiello, chamado) (1620-1647): pescador, chefe de uma isurreição popular em ápoles em 1647 contra o domiio espahol.
- ²¹⁸ Salladrouze, Charles Jea (1808-1867): industrial francês, deputado à Assembleia Constituinte (1848-1849); bonapartista.
- ²¹⁹ Lamoriciere, Christophe Louis Léo (1806-1865): general francês, republicano burguês modernado, em 1848 participou activamete o esmagameto da isurreição de Junho; depois foi ministro da Guerra o governo de Cavaignac (Junho-Dezembro).
- ²²⁰ Charras, Jea Baptiste Adolphe (1810-1865): Político e militar francês, republicano burguês modernado; participou o esmagameto da isurreição de Junho de 1848 dos operários de Paris, actuou contra Luís Bonaparte; foi expulso de França .
- ²²¹ BAZE, Jea Didier (1800-1881): Advogado e político francês, orleanista, participou da oposição diástica. Foi um dos autores da célebre "proposição dos questores", precoizado a atribuição à Assembleia do direito de dispor da força armada. o dia seguinte ao do golpe de Estado Baze foi expulso da França .
- ²²² Circe: a mitologia grega, feiticeira da ilha de Ea; trasformou os companheiros de Ulisses em porcos, e reteve o próprio Ulisses durante um ao a sua ilha; alegoricamete, bela sedutora.
- ²²³ Guizot, François. (1787-1874): Historiador e estadista francês. As obras históricas de Guizot cotêm as primeiras tentativas de explicar a história do ponto de vista da luta de classes, iterpretada o etanto a partir de posições burguesas. Foi Primeiro Ministro entre 1840-1848.
- ²²⁴ o trabalho de Marx O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, escrito a base de uma aálise cocreta dos acontecimentos revolucionários em França em 1848-1851, é uma das obras mais importantes do marxismo. este trabalho foram desenvolvidas todas as teses fudametais do materialismo histórico: a teoria da luta de classes e da revolução proletária, a doutria do Estado e da ditadura do proletariado. Tem uma importâcia extraordinariamete grande a coclusão de Marx sobre a questão da atitude do proletariado em relação ao Estado burguês."Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina - idica Marx -, em vez de a destruir." (Ver o presente volume, p. 125.)
- o trabalho O 18 de Brumário de Louis Bonaparte foi desenvolvida a questão do campesinato como aliado da classe operária a revolução iminente, explicado o papel dos partidos políticos a vida social e formulada uma caracterização profuda da essêcia do boapartismo.
- ²²⁵ Boapartes: diastia imperial em França (1804-1814, 1815, 1852-1870).
- ²²⁶ Motalembert, Charles (1810-1870): Publicista francês, durante a Segunda República foi deputado às assembléias Constituinte e Legislativa, orleanista, chefe do partido católico. Fudador do jornal *L'Avénir* (O Porvir), órgão do catolicismo liberal.
- ²²⁷ Ailly, Pierre d' (1350-1420): Cardeal francês; desempenhou um papel importate o Cocílio de Costança.
- ²²⁸ Guise, duque de: ver Henrique II da Lorea.
- ²²⁹ Mory, Charles Auguste Louis Joseph, conde de (1811-1865): político francês, bonapartista, deputado à Assembleia Legislativa (1849-1851), um dos orgaizadores do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, ministro do Interior (Dezembro de 1851-Janeiro de 1852).
- ²³⁰ Soulouque, Fausti (cerca de 1782-1867): presidente da República dos negros do Haiti, em 1849 proclamou-se imperador com o nome de Faustio I.

²³¹ Véro, Louis Désiré (1798-1867): político e jornalista francês, bonapartista; proprietário do jornal *Le Constitutioel*.

²³² Crevel: personagem do romance de Balzac *La Cousine Bette*, modelo de gabarola, ivojoso e libertio. Balzac, Honoré de (1799-1850): escritor francês.

²³³ Graier de Cassagae, Adolphe (1806-1880): jornalista francês, político sem princípios, orleanista até 1848, depois bonapartista; durante o Segundo Império foi deputado ao Corpo Legislativo.

²³⁴ Guizot, François. (1787-1874): Historiador e estadista francês. As obras históricas de Guizot contêm as primeiras tentativas de explicar a história do ponto de vista da luta de classes, interpretada no entanto a partir de posições burguesas. Foi Primeiro Ministro entre 1840-1848.